

6. SERTÃO: FOCO DA DESORDEM *VERSUS* FOCO DA LIBERDADE

6.1. Qual Sertão? Sertão - Sertões

Se há um lugar que paira no imaginário brasileiro cercado de mistério, mitos e lendas, esse lugar é o sertão. O luar do sertão, noites do sertão, sertanejos, secas, fome, mamelucos, matutos, jagunços, guerras do sertão, grandes sertões... Certamente, grande parte deste imaginário se deve ao consagrado livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, publicado em 1902. Ao narrar o conflito ocorrido em Canudos, sertão baiano, no final do século XIX, Euclides denunciou o isolamento daquela parte do território brasileiro, esquecido por quase quatrocentos anos. Um local que teria ficado “imune a passagem do tempo e aos progressos da civilização”. Sucesso imediato de crítica e de público leitor, o livro ajudou a solidificar definitivamente uma oposição entre o litoral e o interior do país, desenhando a imagem de um Brasil dividido.

Mas, para além do conflito, o que emerge ao final da leitura d’*Os Sertões* é um lugar extremamente rico e complexo, onde a natureza se compraz em um jogo de antíteses. Os sertões poderiam ir “da extrema aridez à exuberância extrema” ou poderiam ser “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes”. A sua desconcertante descrição mexia com a imaginação, ao recusar o adjetivo fácil e corriqueiro, compreensível aos seres urbanos. O sertão não era um local estático, transmutava-se em diversas faces; era árido e adusto, mas também um vale fértil. Por isso, sertões; muitos sertões. O sertão visto pelo litoral e pelo sertanejo.

Apesar de atualmente encontrar uma delimitação geográfica específica, ainda convivemos com uma noção indeterminada. Isto é, o sertão corresponde ao chamado “polígono das secas”, que se estende pelo interior dos estados nordestinos, onde predomina o clima semi-árido e a caatinga, excetuando-se o Maranhão, situado em uma área de transição para a Amazônia. Em suma, hoje, define-se como uma região fisiográfica pobre, com poucos recursos e, normalmente, sem o estímulo do Estado; ou seja, permanece ainda um espaço

desconhecido. Em algumas áreas, a produção agrícola tem modificado essa condição, formando pequenas ilhas de prosperidade.

No entanto, essa seca definição, desenvolvida por motivos operacionais, está longe de abranger seu significado primeiro. De fato, muito antes de ser uma zona geográfica delimitada em função de seu clima e de sua vegetação, os sertões conformaram uma grande e indefinida área que precisava ser incorporada à colonização. A delimitação e ocupação deste espaço constituem uma longa história de conflitos, inscrita no coração do Brasil. Contudo, trata-se de uma história fragmentada, muito pouco explorada, sabidamente ignota. O que não impede que seus fragmentos estejam ligados por um fio condutor, criando uma nítida imagem traduzida na forma de uma desordem permanente. É essa imagem que pretendemos explorar, o sertão das desordens.

Mas, para além dos sertões de Euclides, cabe perguntar qual sertão? O que esses sertões comportam além da especificidade de um conflito ocorrido num Brasil já republicano? Ou, ainda, o que os sertões euclidianos preservam e em que se distinguem dos sertões coloniais? De um modo geral, é possível associar a denúncia do abandono do sertão apresentada por Euclides a duas outras reclamações similares formuladas, ainda no século XVII, por dois cronistas da própria colônia: Ambrósio Fernandes Brandão e Frei Vicente de Salvador. As queixas de Brandão e Frei Vicente tornaram-se tópicos clássicos nos estudos sobre o Brasil colônia.

Em *Diálogos das Grandezas do Brasil*, finalizado por Brandão em 1618, os dois personagens - Alviano e Brandonio - conversam sobre as diferenças entre as conquistas espanholas e portuguesas. A limitada ocupação territorial da colônia portuguesa pauta a conversa. Recém-chegado do reino, Alviano tinha os portugueses como piores conquistadores que os espanhóis. Afinal, indagava o reinol, após tanto tempo habitando “neste Brasil, não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente em fazer açúcares?”¹ Apesar de Brandonio alegar não haver no mundo nação com maiores conquistas que os portugueses, acabava por concordar que, na verdade, não tinha se estendido muito para o sertão. Segundo Brandonio, os conquistadores acabavam por se fixar na primeira atividade

¹ - Op. Cit. p.42-43.

lucrativa ou ‘naquele exercício de que primeiramente tiraram proveito’; isto é, os moradores teriam ficado presos à lavoura da cana, deixando de lado outras tantas possibilidades. Com esse diálogo, Brandão definia com clareza a oposição entre o litoral da cana-de-açúcar, da economia colonial ligada à metrópole, e o sertão inculto, fora da rota do sistema colonial.

Alguns anos mais tarde, em 1627, o franciscano Vicente Rodrigues Palha concluía sua *História do Brasil*, em que também criticou a forma de ocupação da colônia pelos seus conquistadores. Procurando facilitar a visualização da conquista portuguesa, recorreu à figura de uma harpa² para ilustrar e definir a terra do Brasil. Mas Frei Vicente se recusou a tratar do território em sua totalidade, limitando-se a contar sobre o seu litoral, a sua costa. Ao explicar essa reduzida abordagem, formulou a sua crítica por meio da famosa comparação entre portugueses e caranguejos:

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitaram delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.³

Preocupados em resguardar a costa para assegurar o domínio e sem maiores recursos para dar conta de uma enorme extensão de terras, os portugueses teriam deixado a colonização do sertão para um segundo plano, uma segunda ordem. As constantes tentativas e as bem sucedidas invasões estrangeiras adiavam a ocupação sistemática das terras do interior. Além disso, a economia desenvolvida no litoral encaixava-se mais facilmente às engrenagens do antigo sistema colonial, o que contribuía para antepor a povoação da costa à do sertão. Já no século XVIII, o beneditino Frei Gaspar Madre de Deus apontava os motivos para a fixação na costa, referindo-se às facilidades de condução para a Europa dos gêneros produzidos junto ao mar; já “os do sertão, pelo contrário, nunca chegariam a portos onde os embarcassem, ou se chegassem seriam as despesas tais, que aos lavradores não fariam conta largá-los pelo preço, por que se vendessem os da marinha”.⁴

² - “(...) cuja parte superior fica mais larga ao Norte correndo do Oriente ao Ocidente, e as colaterais, a do sertão do Norte a Sul, e da costa do Nordeste a Sudeste, se vão juntar no rio da Prata em uma ponta à maneira de harpa”. Cf. Op. Cit. p.19.

³ - Idem, ibidem.

⁴ - *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo, Weizflog Irmãos, 1920.(3ª ed.). p.179-180.

Portanto, o modo como se foi estabelecendo a estrutura da colonização criava *a priori* uma oposição entre litoral e sertão. Mas o reconhecimento dessa distinção não esclarece, por si, o entendimento nem a percepção que se tinha dos sertões do Brasil. Para estabelecer uma aproximação com essa noção, é preciso começar pela própria palavra, cercando seus significados e buscando nos depoimentos de época o seu sentido. Assim, ao recorrermos à sua incerta etimologia, encontramos uma origem latina: *sertum*, sinônimo de bosque, mata; e, por derivação, o seu adjetivo *sertanus*.⁵ Houve quem acreditasse que sertão derivaria de deserto - deserto, desertão, sertão -, o que explicaria sua associação imediata a um local árido e despovoado. Entretanto, de acordo com o dicionário do padre Rafael Bluteau, sertão definir-se-ia na bela imagem do “coração da terra”, o interior em oposição ao marítimo e à costa ou, ainda, poderia ser tomado por mato longe da costa.⁶

O sentido inicial de sertão era, portanto, o de uma terra coberta de matas e bosques, despovoada ou, melhor, afastada dos centros de povoação e de terras cultivadas. Tal definição etimológica corresponde ao uso corrente, pelo menos, nos séculos XVI e XVII, quando sertão designava uma região inexplorada pelos portugueses, incluindo, muitas vezes, lugares de matas úmidas. Não era ainda necessariamente um lugar distante, remoto. Na carta do descobrimento, Caminha utilizou a palavra significando um local para além da costa, não muito distante, como podemos observar em uma de suas passagens, em que descreveu a terra:

“Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender olhos, não podíamos ver senão terras com arvoredos que nos parecia muito longa”.⁷

Em outra passagem, Caminha contou dos arvoredos “muitos e grandes, e de infinitas maneiras”, o que o fazia acreditar que “por este sertão haja muitas aves”.⁸ Logo nos primeiros anos do Governo-Geral, os jesuítas costumavam referir-se a peregrinações em aldeias próximas como idas ao sertão. Com o tempo, o conceito de origem portuguesa irá sofrer transformações, decorrentes da condição geográfica e climática de certas áreas da nova terra até alcançar o sentido com o qual atualmente convivemos. No século XVI, o padre Fernão

⁵ - Para efeito de comparação, não custa lembrar que *urbs* originou *urbanus*.

⁶ - *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo Segundo.

⁷ - Op. Cit. p.58.

Cardim falou de uma seca ocorrida em 1583 em que “houve grande fome principalmente no sertão de Pernambuco”.

O lado misterioso do sertão nascia com o sentido da própria palavra - matas ou bosques -, normalmente um local despovoado e, portanto, desconhecido em oposição aos centros colonizados. Em outras palavras, poderíamos dizer que eram dois contrários: o lugar da natureza e o lugar dos homens - que eles ocupam e dominam. Mas, no Brasil, destacava-se uma característica própria: não povoado *por portugueses*. Essa distinção é importante, uma vez que se sabia também povoado de índios, como veremos mais adiante.

O sertão da capitania de São Vicente é um outro exemplo claro de sua utilização como um espaço interior, de matas e campo fértil. Anchieta, ao contar sobre essa capitania, descreveu primeiro a parte da costa e depois o seu sertão:

“Para o sertão, caminho do noroeste, além de umas altíssimas serras que estão sobre o mar, tem a vila de Piratininga ou São Paulo, 14 ou 15 léguas de S. Vicente, três por mar e as mais por terra, por *uns dos mais trabalhosos caminhos que creio há em muita parte do mundo*”.⁹

Uma vez transposta a serra íngreme e instalando-se em pleno sertão na vila de São Paulo de Piratininga, a vida desta capitania se fez em grande parte pelo interior. Estava aberta a possibilidade de desvendar novos caminhos, que seriam facilitados pela geografia local. Desnecessário realçar a importância dos jesuítas na vida dessa capitania; em 1553, estavam escalando a serra do Mar e, em janeiro de 1554, fundavam o colégio da Companhia, onde seis anos depois seria fundada a vila de São Paulo. O interesse dos jesuítas nessa região foi explicado pelo próprio Nóbrega em carta a D. João III, no ano de 1553:

“(...) por ser ela terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiveram guerra com os cristãos, e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações.”¹⁰

Historiadores têm sido unânimes em apontar as características da região do planalto de Piratininga - com campos, rios navegáveis, etc. - como propícias à abertura de várias rotas sertão adentro. Como disse Euclides, “é no âmago do planalto o espantoso ondular das bandeiras”. É claro que, mais que os jesuítas, os

⁸ - Idem. p.51.

⁹ - “Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)”. In: *Cartas Jesuíticas 3*. p.328. (Grifo nosso)

paulistas foram os responsáveis pela exploração do sertão dessa capitania, de onde desenharam inúmeros caminhos Brasil afora, chegando ao Piauí e ao Amazonas. Sem querer emprestar o peso que o século XIX concedeu aos bandeirantes paulistas, é inegável que muitas vezes viveram verdadeiras epopéias, passando por toda sorte de aventuras e percalços.

Alcântara Machado, em seu belo estudo sobre os bandeirantes, destacou a importância do sertão na vida dos moradores da Capitania de São Vicente: “desde a primeira infância o paulista do século XVI e XVII respira uma atmosfera saturada de sertanismo”.¹¹ O bandeirante teria eleito o sertão como fonte de seus lucros, de seus remédios¹², de suas aventuras. Nem a lavoura nem o comércio se apresentavam como atividades tão atrativas. A possibilidade de descobrir minas de pedras preciosas ou metais tornava o espaço atraente. Os sonhos de enriquecimento fácil e imediato, ao alcance de qualquer um, foram depositados nas terras desconhecidas, em caminhos por trilhar. Por isso, diz Alcântara Machado, o sertão “é a atualidade de todos os dias” ou, ainda, “é o centro solar do mundo colonial”. O sertão do planalto paulista, por vezes extremamente úmido e acidentado, era bastante diferente do baiano e do pernambucano, caracterizados pela aridez da caatinga.

Alcântara Machado reconheceu afinidades entre o marinho e o sertanista, o que corresponderia ao paralelo, estabelecido por Rui Barbosa, do sertão com o oceano; ambos causariam assombro e vertigem em decorrência da sensação de infinitude e eternidade que transmitiriam. Essa comparação foi bastante explorada pelos escritores. Euclides da Cunha, por exemplo, também viu o sertão como um “mar imoto”. Vencer o sertão ou o mar seria um desafio de vida e de morte.

Ambientados à vida no sertão, teriam os paulistas um entendimento daquelas paragens diferente do restante da colônia? Ao analisar seus testamentos, Machado forneceu informações sobre a percepção daquelas pessoas a respeito dos lugares por onde andavam e onde viviam. Normalmente, os testamentos oficiais precisavam de cinco testemunhas, o que muitas vezes em pleno sertão se mostrava

¹⁰ - Op. Cit. p. 144.

¹¹ - *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EdUsp, 1980. p. 223.

¹² - A expressão “remédios” pode ter duplo sentido: o literal, de um medicamento, e o figurado, que camufla a prática de apresamento dos índios.

impossível. As explicações sobre a inobservância da lei traduziam a sua percepção do espaço ou do ponto onde se encontravam: “por faltarem homens”; “por estar nestes matos tão longe do povoado”; “por estar em ermo”; “visto eu estar no centro dos matos, cinco ou seis léguas e não haver vizinho”; “por estar em deserto”.¹³

A localização da vila de São Paulo em pleno sertão teria proporcionado uma vida diferente aos paulistas, donos de características próprias distintas dos demais habitantes da colônia. Foi o que demonstrou Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*.

Mas a exploração dos sertões não ficou a cargo exclusivo dos paulistas. Euclides da Cunha, na parte do seu livro dedicada ao “Homem”, referindo-se aos exploradores dessas terras, já havia, com razão, alertado que: “Bateram-lhe por igual o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro”. Sobre os bandeirantes, Euclides fez uma ressalva, antecipando Capistrano de Abreu: “buscando ouro ou escravo, desvendavam desmedidas paragens que não povoam e deixam por ventura mais desertas”.¹⁴ Percorrer, explorar e povoar são alguns dos verbos que se aplicam àquelas desmedidas paragens no meio do mato, sem homens, desertas, deixando transparecer um território vazio, terra de ninguém.

O povoamento do interior pelos colonos brancos foi um processo lento e doloroso. Populações de índios foram dizimadas para alargar as fronteiras civilizadas, da fé, da lei e do rei. Assim foi feita uma história de contradições. No interior do Nordeste, as criações de gado conduzidas por vaqueiros realmente percorreram longos caminhos para constituir o que mais tarde chamaríamos de “época do couro”,¹⁵ colaborando para fixar os primeiros núcleos de população branca e mestiça naqueles sertões.

Alguns anos após o lançamento d’*Os Sertões*, Capistrano de Abreu ressaltou a importância do sertão nos seus estudos.¹⁶ Para o historiador cearense, o povoamento do sertão superaria vários capítulos da história colonial, deixando muitos na sombra, inclusive a invasão flamenga, “mero episódio da ocupação da costa”. O sertão de Capistrano era, sobretudo, nordestino e plural. Ao analisar o

¹³ - Op. Cit. p.226.

¹⁴ - Op. Cit. p. 94.

¹⁵ - Termo empregado por Capistrano de Abreu em *Capítulos da História Colonial*.

processo de povoamento do interior, iniciado em épocas diversas, estabeleceu a distinção entre os “sertões de fora” e os “sertões de dentro”. Para Capistrano, poder-se-ia chamar de pernambucanos os sertões de fora, um território que abrangia da Paraíba até Ararucú, no Ceará; e de baianos, os sertões de dentro - do rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão.¹⁷ Apesar de reconhecer a existência de diferenças entre os dois tipos de sertanejos, o historiador cearense acreditava que as suas semelhanças seriam maiores que as encontradas entre quaisquer outros habitantes da colônia. Nesse estudo e em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Capistrano de Abreu explorou as inúmeras entradas e bandeiras que movimentaram os sertões do Brasil.

Em ensaio recente, Emanuel Araújo, ao analisar o sertão dos tempos coloniais, percebeu que a oposição com o litoral acentuava ainda mais suas características, tornando um lugar tão vasto, tão longe e tão ermo. Araújo comentou que, com o tempo, a palavra ganhou um sentido de região inóspita e sem lei (sobretudo o Nordeste) ou, ao contrário, de floresta luxuriante ao mesmo tempo generosa e perigosa (caso da Amazônia).¹⁸ Vejamos, portanto, como foi a construção dos sertões coloniais.

6.2. O Sonho do Ouro e a Realidade da Pecuária: Entre o Arco e o Arcabuz

Ninguém ignora que grande parte do interesse português pelas novas terras estava intimamente ligada à possibilidade de existência de metais e/ou pedras preciosas. Os olhos dos viajantes estavam atentos para esse aspecto e o interesse era abertamente declarado: “Até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro, nem lho vimos”.¹⁹ Afinal, indagava um cronista do século XVI, que valiam as terras da América sem as minas? A partir de então, cada expedição de reconhecimento da terra não descuidava o olhar e os

¹⁶ - *Capítulos da História Colonial* foi publicado em 1907, portanto cinco anos depois de *Os Sertões*.

¹⁷ - Op. Cit. p.220.

¹⁸ - “Tão Vasto, Tão Ermo, Tão longe: O Sertão e o Sertanejo nos Tempos Coloniais”. In: PRIORI, Mary del (org.). *Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Rio de Janeiro, Campus, 2000. p.82.

¹⁹ - *Carta de Caminha*. Op. Cit. p. 58.

ouvidos. Quantas vezes os viajantes contaram ter escutado índios garantirem a existência de ouro nas novas terras²⁰?

Sérgio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso*, explorou o eterno desejo ou a constante esperança de se encontrar riquezas, que incentivou inúmeros aventureiros a ir atrás de lendárias lagoas douradas, montanhas de ouro e serras de esmeraldas resplandecentes. O fato é que durante muito tempo se viveu da ilusão de encontrar um outro Potosí, um outro Peru.

Muitos transformaram esse sonho em um modo de vida. Estabelecidos no litoral, logo começaram a investir terra adentro²¹. Tinham um imenso território por vasculhar. As incursões, não é novidade, consistiam de duplo objetivo: a busca das preciosidades da terra e a caça ao índio. As portas para o sertão foram abertas, portanto, desde cedo. Da capitania de São Vicente traçaram caminhos em direção ao sul e ao norte. Rios da região serviram de veículos para as entradas em todas as direções; isto é, através de uma rede fluvial, composta por rios, como o Tietê e o Paraíba, podia chegar-se até a bacia do Prata ou tomar o rumo contrário para o norte. Ao longo do século XVI, a região periférica a essa rede fluvial foi sendo vasculhada e despovoada dos índios nativos.

Nas entradas iniciais, ainda ignorantes dos segredos da terra e do sertão, os portugueses - tanto colonos quanto jesuítas - recorreram a intermediários indígenas para guiá-los pelas veredas desconhecidas e na busca dos cativos. As relações de parentesco entre indígenas e colonos ajudaram na formação de alianças, tornando disponível um número razoável de índios para acompanhar as expedições de conquista. Adotava-se o princípio de combater índio com índio. Os indígenas teriam, por sua vez, os portugueses como aliados no combate de seus inimigos tradicionais. Assim, as relações de troca ou escambo e as alianças desempenharam um papel fundamental para atrair índios ao cativo.

²⁰ - São inúmeras as referências sobre notícias de metais recebidas por meio de índios que iludiam ainda mais os viajantes. Na própria carta de Caminha, os índios apontavam para a terra como que sinalizando a existência. O relato de viagem ao Brasil de um certo Juan Çuniga, durante o reinado de D. Manuel, referiu-se a um dos sobreviventes da expedição Solis pela região do Prata: “Disse que ali vieram a ele certos velhos e estive com eles grandes práticas que assegurassem (...) os outros que resgatou algumas cousas e que lhe deram pedaços de prata e de cobre e algumas veias de ouro entre pedras, e que lhe disseram que toda aquela montanha tinha muito daquilo”. *Apud* ABREU, Capistrano. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1960. p.19.

No final do século XVI, a costa brasileira estava conquistada, mas irregularmente povoada: ia da Cananéia, em São Paulo, até o Rio Grande do Norte. A região Norte permanecia isolada, ainda freqüentada por franceses e dominada por índios aliados, impedindo que os portugueses atingissem o Amazonas. Pelo interior, a colonização avançara cerca de vinte léguas, mas as explorações das entradas se haviam expandido por centenas de léguas, indo além da linha de Tordesilhas. O ouro tão sonhado não aparecera, fazendo com que a realidade fosse sendo preenchida por quotidianas caçadas humanas, que ajudavam a sustentar a rala economia paulista. Mas nem por isso a esperança de encontrá-lo havia desvanecido.

Depois de ter reclamado da negligência dos portugueses que não se aproveitavam das terras da colônia, Frei Vicente de Salvador tratou da possível existência das minas de metais e pedras preciosas. Frei de Salvador acreditava piamente que, uma vez que as terras do Brasil eram contíguas com as do Peru, tão ricas em minas e separadas apenas por uma linha imaginária, não havia porque duvidar dessa existência. Mas, reclamava novamente o frade, o que cá acontecia era “que nem uma passada dão por isso e quando vão ao sertão é para buscar índios forros, trazendo-os a força e com enganos para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências”.²² Contudo, não faltavam histórias de índios resgatados, contando de minas de ouro muito limpo, localizadas muitas léguas sertão adentro.

Frei Vicente deu notícias de entradas - a de Antônio Dias Adorno, na Bahia, e de Marcos de Azeredo, no Espírito Santo - em que teriam encontrado pedras, cujas amostras comprovariam as suas convicções apesar de sua baixa qualidade. Havia ainda outras riquezas, como o cobre, o ferro e o salitre, que tampouco despertavam interesse. Em suma, Frei Vicente dava a entender que, no primeiro quartel do século XVII, os interesses concentravam-se nas expedições de resgate, deixando de lado todas as outras riquezas.

Os sertões ganhavam movimento, sendo devassados a cada nova rota percorrida. A freqüência das expedições teve um aumento considerável nos

²¹ - Anteriores ao estabelecimento do Governo-Geral, registram-se várias expedições como, por exemplo, as de Aleixo Garcia (1526), Pero Lobo (1531) e Cabeza de Vaca (1541); todas saídas da capitania de São Vicente.

²² - Op. Cit. Livro Primeiro, Capítulo Cinco. p. 26.

princípios do século XVII. A documentação da Câmara paulista denuncia esse crescimento: em 1611, declarava-se impotente para refrear esse movimento. Em 1623, as entradas ao sertão haviam deixado a vila de São Paulo sem sua população masculina, conforme registravam as atas da Câmara.²³ Os atritos entre a população, que insistia em invadir os sertões sem permissão, e a administração portuguesa foram constantes. Cada entrada ao sertão necessitava autorização oficial; desde o regimento de Tomé de Souza existia a ordem expressa proibindo as entradas. Posteriormente, alvarás e cartas régias oscilavam, ora procurando reforçar essa lei, ora abrindo exceções para casos específicos de guerra justa.

Os conflitos não impediram que a administração portuguesa contratasse os paulistas para lutar contra os índios do sertão nordestino e os negros de Palmares. Os homens de São Paulo iam ficando conhecidos como “os homens capazes de penetrar todos os sertões”.²⁴ Aos poucos, foi-se criando um mito em torno da figura do bandeirante, que não é difícil de entender. O bandeirante tornava-se um mediador capaz de transitar entre o mundo socializado e o selvagem, constituindo um novo poder. Era o homem que podia dominar aquele meio inóspito, porque sabia lidar com as adversidades do mundo natural. A sua ação determinava os avanços no âmago da natureza selvagem, diferenciando os espaços que prescindiam do seu controle.

As expedições não só cresciam em número como tinham seu tempo de duração aumentado; muitas vezes, passavam-se meses e até mesmo anos em busca de índios e riquezas por dentro dos sertões. As entradas foram tornando-se verdadeiros empreendimentos militarizados. Gradativamente, as expedições engrossavam seu corpo, formando tropas armadas com contingentes cada vez maiores de índios e mamelucos. É evidente que as expedições não se armavam somente para procurar os tesouros do subsolo. O índio havia-se tornado uma riqueza mais acessível para aqueles colonos. Assim, os assaltos a aldeias indígenas transformaram-se em atos corriqueiros, bem como o aprisionamento de

²³ - “(...) que esta vila estava despejada pelos moradores serem idos ao sertão, pela razão se não podia fazer o caminho do mar conforme esta mandado”. Actas V. III, 41. A bibliografia sobre as bandeiras paulista é extensa. Para maiores informações, conferir: TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, Melhoramentos, 2ª Edição. 3 vols.; ELLIS Jr., Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo Meridiano*. São Paulo, Typographia Piratininga, s.d.

²⁴ - *Apud* ABREU, Capistrano: Op. Cit. p. 121.

milhares de índios de diversas nações, que eram vendidos como mão-de-obra escrava para fazendas da região e para outras capitanias.

Em *Negros da Terra*, John M. Monteiro demonstrou que, apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração do sertão sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas.²⁵ Na maioria dos casos, a busca de metais e pedras preciosas teria sido só um pretexto, que ajudava a legitimar as expedições de apresamento ante as proibições oficiais. De acordo com Monteiro, à medida que crescia a demanda de escravos,²⁶ a violência tornava-se um instrumento cada vez mais importante na aquisição de cativos no sertão.

Em 1628, a conhecida bandeira de Manuel Preto e do jovem Antônio Raposo Tavares partia de São Paulo com o significativo corpo composto de novecentos brancos e mamelucos escoltados por dois mil índios tupis. A bandeira dirigiu-se para a região do rio Tibagi - atual oeste paranaense, naquele momento, parte do domínio espanhol -, onde atacaram muitas aldeias, além das missões jesuíticas de Guairá, aprisionando um grande número de índios Guaranis. Os relatos dos inacianos sobre o ataque às missões dão conta do tipo de ação empreendida pelos colonos. Os padres Justo Masilla e Simão Mazzeta, que relataram os horrores do assalto, declararam que nem os holandeses hereges, invasores da Bahia, haviam sido tão brutais quanto os católicos vassallos de Sua Majestade em São Paulo.

Não era a primeira vez que as missões eram atacadas por colonos²⁷ nem seria a última. Os jesuítas haviam-se instalado nessa região em torno de 1610, quando formaram as primeiras reduções. Rapidamente as reduções prosperaram e logo entraram em atrito com os colonos espanhóis e portugueses. Cedo, os colonos descobriram as facilidades de assaltar as reduções, que concentravam um

²⁵ - Cf. *Negros da Terra*. São Paulo, Cia das Letras, 1995. p. 57.

²⁶ - Luiz Felipe de Alencastro demonstrou que o aumento das bandeiras entre os anos de 1625-1650 foi decorrente da quebra do tráfico no Atlântico Sul. Por uma série de razões - holandeses saqueando os tumbeiros, problemas nos portos africanos, levantes em Angola, entre outras - uma acentuada queda do volume do tráfico de escravos fez recrudescer o tráfico de índios. Cf. Op. Cit. p.190-199.

²⁷ - Segundo o relatório dos padres Justo Mansilla van Sturck e Simão Mazzeta, *Relación de los Agravios*, citado por Taunay, os paulistas já haviam atacado a região nos anos anteriores: em 1606

número respeitável de indígenas. Por ocasião da bandeira de Preto e Tavares, as missões contavam com um total de quinze aldeamentos. Os ataques às missões de Guairá perduraram por quatro anos ininterruptos, até o seu total desmantelamento em 1632. Treze aldeias foram destruídas²⁸ e as duas restantes foram deslocadas para uma área mais segura mais ao sul. As fontes sobre o ocorrido apresentam estimativas acerca do resultado das ações: oscila entre trinta e sessenta mil o número de índios reduzidos ao cativo ao longo dos quatro anos das investidas paulistas.

Os relatos dos jesuítas podem conter exageros, mas registram o tipo de ação baseada na violência que predominava nas expedições de apresamento, transformando os sertões em palco de sangrentas batalhas. Os elevados registros de mortos e apresados são números abstratos que podem ou não sensibilizar com sua grandeza. Neste caso e em mais alguns relatos, ainda se tem números, em outros nem isso.²⁹ No ano seguinte à destruição das reduções de Guairá, ocorreu um outro assalto às missões espanholas de Itatim, região ao sul de Mato Grosso, sobre o qual há pouquíssimas informações. Quantas entradas e bandeiras marcharam pelos sertões promovendo verdadeiras guerras?

Não é o caso de inventariar todas as entradas e bandeiras. Mudavam-se apenas os locais dos resgates - Tapes, Uruguai, etc. - e as nações cativadas - Paiaguá, Guaykurú, Guaianá, Guarulhos, entre outras. Esporadicamente, apareciam relatos dando conta de que a população indígena estava diminuindo. Os índios que não eram resgatados ou mortos se deslocavam cada vez mais para o interior.

Ao longo dos anos, os historiadores têm-se perguntado onde foi parar a multidão de índios cativados, especialmente dos ataques às missões do Guairá.

e 1609, bandeiras de Manuel Preto e, em 1612, de Sebastião Preto. Seguiram-se ainda as de Fernão Dias Paes (1623), de Paulo do Amaral e Raposo Tavares (1627).

²⁸ - Há discordâncias em torno do número de aldeias atacadas. Taunay fala em onze aldeias destruídas. Há quem fale em apenas seis. Sigo aqui os dados veiculados por Jonh Monteiro em *Negros da Terra*. Cf. p. 74.

²⁹ - Luiz F. Alencastro, comentando as oscilantes cifras sobre a quantidade de índios resgatados, estabeleceu uma boa comparação: “Não parece, entretanto, desarrazoado avaliar que o número de índios cativados nos anos de 1625-50 sobrepuja largamente o contingente de africanos introduzidos no mesmo período no Brasil holandês e português, cujo montante situa-se em torno de 50 mil indivíduos (...). Desse modo, as entradas dos bandeirantes no período de 1627- 40, concentradas na zona do Guairá e no Tapes e envolvendo o cativo de perto de 100 mil indígenas, apresentam-se como uma das operações escravistas mais predatórias da história moderna”. Cf. Op. Cit. p.193-194.

John Monteiro demonstrou que a maioria acabou ficando mesmo em São Paulo, trabalhando nas roças de trigo, milho, mandioca, entre outras atividades, além de serem usados no transporte de cargas pela Serra do Mar. Uma parcela menor teria sido vendida para as fazendas e engenhos do Nordeste e Rio de Janeiro, atendendo à carência de mão-de-obra que naquele momento se fazia sentir, decorrente da queda do tráfico negreiro.

Vários participantes da expedição do Guairá, na volta a São Paulo, estabeleceram-se em prósperas fazendas de trigo, abandonando a vida de sertanistas. Em alguns casos, ao fixarem-se nas sertanias com a cota da partilha dos cativos, formaram a base das vilas de Parnaíba, Itú e Sorocaba.³⁰ Para John Monteiro, a incorporação destes incontáveis índios como base das populações, trabalhando em várias atividades, merecia uma atenção maior do que apenas percebê-los diluídos ou misturados ao restante dos moradores.

Gerações de sertanistas sucediam-se, dando continuidade aos trabalhos de dilatação dos sertões e de apresamento dos indígenas. Após as sucessivas investidas às missões, os jesuítas mobilizaram-se, cobrando uma postura mais forte das autoridades coloniais no sentido de reprimir os abusos paulistas. Em resumo, decretou-se, entre outras medidas, a prisão de Raposo Tavares e outros participantes dos ataques às missões de Guairá. A reação antijesuíta não tardou. Levantes contra os padres da Companhia acabaram por concluir em sua expulsão de São Paulo, bem como o confisco de bens e a perda do controle dos aldeamentos. Os jesuítas só retornariam em 1644.

A Restauração portuguesa, no final de 1640, ajudou a aliviar a tensão entre os paulistas e a administração colonial. O reconhecimento do novo rei português, D. João IV, pelos habitantes de São Paulo acabou por diluir o conhecido episódio da aclamação de Amador Bueno e a pretensão de uma autonomia local. Tendo em vista o auxílio dos paulistas e de suas tropas para combater os holandeses, a Coroa portuguesa resolveu anistiá-los dos crimes cometidos em suas entradas pelo sertão. De qualquer forma, a fama de bandidos cruéis já se havia espalhado pela Europa, e os anos de desacato às ordens régias contribuíram para criar uma relação de desconfiança com os paulistas.

³⁰ - Op. Cit. p.79.

Nessas alturas, as bandeiras tinham em vista distâncias maiores e muitas começaram a inverter a direção rumo ao Norte, talvez pelas derrotas sofridas no Sul. Segundo Affonso Taunay, a maior expedição até então organizada, liderada por Jerônimo Pedroso de Barros, desceu para o Sul, em direção ao Alto Uruguai, rumo às reduções jesuítas. Nas margens do rio Mbororé, tributário do Uruguai, travaram-se violentas batalhas, sendo os paulistas derrotados pelos quatro mil guaranis comandados pelo morubixaba Inácio Abiaru e bem treinados pelo jesuíta Domingos de Torres, antigo e experimentado militar.³¹

Entre as bandeiras que partiram em direção ao Norte, destacou-se a realizada pelo mesmo Raposo Tavares. Ao longo dos anos 1648-1652, a bandeira de Tavares teria percorrido a fabulosa distância de doze mil quilômetros, realizando assim a maior entrada feita na América. Não se pôde precisar com certeza o itinerário completo dessa jornada. Sabe-se apenas que, saindo em direção ao Paraguai, passou pelo Pantanal, atingindo as cabeceiras daquele rio. Passeou pela base dos Andes, pelo Peru, atravessou o que hoje é Rondônia, para descer os rios Mamoré e Madeira. Por fim, desceu o rio Amazonas para chegar a Belém do Pará.³²

Todo o horror que Antônio Vieira nutria pelos colonos preadores de índios, como um bom jesuíta, não o impediu de admirar a façanha do brutalmente heróico Raposo Tavares. Em carta ao Provincial do Brasil, Vieira contou com detalhes, e não sem um certo exagero, a viagem de Raposo Tavares. Os viajantes teriam gasto onze meses inteiros navegando pelo rio Amazonas, sem saberem para onde estavam indo, até aportar na fortaleza do Gurupá (em Barredo, Estado do Maranhão), quando tiveram a noção do caminho percorrido. Segundo Vieira, o bandeirante - designado “o matador” - ainda estava no Pará por ocasião desta carta, datada de 1654. Mesmo assim, Vieira não deixou de considerar aquela viagem “uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo”. Para Antônio Vieira, o longo trajeto pelo rio demonstraria que aquelas terras ainda desconhecidas teriam “muito maior latitude da que lhe mediram até agora os cosmógrafos e se pinta nos mapas”.³³

³¹ - *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo I. p.76-77.

³² - Cf. TAUNAY, Affonso E.: *Op. Cit.* Tomo I. p.119.

³³ - *Cartas do Brasil*. São Paulo, Hedra, 2003. p. 184.

Contudo, os paulistas estavam longe de ser os imbatíveis super-homens das selvas e os índios apenas as vítimas dizimadas sem reação. Quantos paulistas foram derrotados, vencidos pelos índios ou pelo próprio sertão? Temos pouca informação. Os estudos a partir dos inventários dos sertanistas, dentre os quais se destaca o trabalho pioneiro de Alcântara Machado, têm ajudado a perspectivar a figura do herói bandeirante. A análise deste tipo de fonte esclareceu vários aspectos da vida daqueles homens.

A análise dos testamentos trouxe à tona a figura do homem comum assustado com a perspectiva da morte. Muitos paulistas partiam para suas expedições deixando seus testamentos prontos: “por estar de caminho para o sertão buscar o meu remédio e por ser mortal e não saber a hora que hei de dar conta da minha vida”. Um outro com a mesma dúvida declarou: “por não saber da morte nem da vida que vou fazer aos Guaianases”.³⁴ Como poucos, sabiam o que era ou em que havia se transformado o sertão. Afinal, tinham consciência de que suas ações emprestavam um novo significado àquelas paragens: o sertão não era só um lugar distante, despovoado, ermo e solitário; era também conflito e morte.

Não só morte, demonstrou Machado com elegância, o sertão comportava dois lados: era fonte de lucros, um meio de vida, mas igualmente um caminho para a morte. As várias passagens transcritas por Machado não deixam dúvidas a esse respeito. O mais comum era fazer o testamento nos derradeiros minutos de vida. Muitos fizeram questão de registrar a razão da sua última partida. É o caso de Manuel Preto, morto durante os ataques às missões do Guairá: “doente neste rio Taquari”; e também de seu irmão Sebastião Preto, “neste sertão de Abueus, doente de uma frechada”; ou ainda o de Manuel Chaves, “doente de uma frechada que me deram os topiães, nos sertões e rio Paracatu”. Não faltavam as tardias demonstrações de fé e de arrependimento, buscando a remissão de uma vida passada a léguas de qualquer julgamento terreno, tendo somente o sol e Deus por testemunhas.

Enfrentamentos, conflitos, vida e morte marcaram os caminhos do sertão. Longe dos poderes constituídos, do arbítrio legal, a tragédia fazia parte da vida dos sertões, para índios e brancos. Mesmo assim, as derrotas dos paulistas tenderam sempre a ter um peso irrelevante. Enfrentar a natureza, o sertão, parecia

³⁴ - Op. Cit. p 213.

já ser um feito. É o que parece explicar a fama do conhecido caçador de esmeraldas, que encerrou sua carreira com uma inglória expedição. Em torno de 1660, Fernão Dias Paes levava uma vida tranqüila em suas terras em Pinheiros (atual bairro de São Paulo), senhor de um incontável número de escravos, disfarçados sob a denominação de “serviços forros”, produto de suas várias entradas nos sertões. Já era, então, um senhor de 65 anos, com a vida ganha, quando aceitou o pedido do Visconde de Barbacena para sair em busca da lendária serra de esmeraldas e prata, conhecida por Sabarabuçu. Depois de algum tempo adormecida, a lenda da serra resplandecente emergia novamente no imaginário da colônia com força total. Outras bandeiras recentes haviam tentado em vão encontrá-la.

Dias Paes não só aceitou o pedido como se empenhou sobremaneira na empresa, vendendo todo seu patrimônio para apetrechar a expedição. Partiu de São Paulo em 1674, acompanhado por seu filho primogênito, por quarenta homens brancos, entre os quais destacadas figuras do sertanismo paulista, como Manuel Borba Gato, Matias Cardoso de Almeida, entre outros, além de uma considerável tropa de índios. O roteiro da expedição é pouco conhecido, sabe-se apenas que vagou pelos vales do São Francisco, do Pardo e do Jequitinhonha durante oito anos. Ao longo desse tempo, as perdas em combates e por doenças foram significativas: parentes, amigos e grande quantidade de índios. A expedição ficou extremamente reduzida e Dias Paes, sem recursos. Apesar de tudo, não desistiu; encontrou somente pedras falsas. Atacado por impaludismo, morreu em local ignoto em 1681. O sertão vencia um dos homens mais experientes em sua lida.

O sertão, portanto, caracterizava-se inicialmente como um local desconhecido, afastado da costa, e também como um lugar de passagem, para rápidas incursões; caminho para o ouro ou para apresamento de índio. Esgotados os sítios mais próximos, sem riquezas e sem índio, as incursões alongaram suas distâncias, aumentando a área explorada e dilatando as fronteiras. Ao final do século XVII, os sertões do sul e os nordestinos estavam bastante explorados, contando, porém, com uma baixa densidade populacional. Continuava, contudo, como o oposto do litoral, uma terra sem lei.

Muitos bandeirantes³⁵ não retornaram a São Paulo, fixando-se pelo interior da Bahia, no vale do São Francisco. Nos sertões baianos, tornaram-se grandes proprietários de terras; como diria Capistrano de Abreu, de despovoadores passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos com criações de gado.³⁶ Nem é preciso dizer que o mesmo aconteceu quando foram encontrados os primeiros veios de ouro nas Minas Gerais (entre 1693 e 1695 em vários pontos desta região), em Cuiabá (1719) e Goiás (1725).

É claro que a exploração dos sertões não dependeu exclusivamente dos habitantes da capitania de São Paulo. Não faltaram sertanistas nas capitanias de Pernambuco e Bahia, dois grandes focos de irradiação para o interior da colônia. As entradas nestas capitanias visavam igualmente ao apresamento de índios. As expedições também se organizavam com brancos, índios e mamelucos; foram tão ou mais violentas que as partidas de São Paulo. Em ambas capitanias, a direção do vale do São Francisco constituiu o principal rumo para os percursos.

Frei Vicente relatou algumas das muitas entradas realizadas no Nordeste - da Bahia, de Pernambuco, de Ilhéus. Algumas saíam tratadas para descobrir minas ou com pretexto de guerra justa para vingar a morte de homens brancos. Os resultados eram sempre os mesmos, o resgate de “infinito gentio”. Em uma dessas entradas pelo sertão de Ilhéus, Frei Vicente destacou a sua fertilidade, a abundância de frutas agrestes, de caça e mel, onde “nunca se sentiu fome”. As alianças com índios principais para ajudar nas expedições também foram ressaltadas, bem como a participação de mamelucos.

As entradas relatadas por Frei Vicente não diferem do objetivo e das estratégias dos paulistas. Mas as semelhanças maiores se verificam no campo dos conflitos com os índios. Um dos casos narrados pelo frade franciscano exemplifica bem essa questão. De Pernambuco, Francisco Caldas, que servira de provedor da fazenda, e Gaspar Dias de Taíde partiram em direção ao rio S. Francisco, acompanhados de muitos soldados, de Braço de Peixe, principal dos Tabajaras, e toda sua gente “muito esforçada e guerreira”. A expedição entrou muitas léguas pelo sertão, “matando os que resistiam e cativando os demais”. Voltaram para a costa com sete mil cativos.

³⁵ - Cabe lembrar que a palavra bandeirante só aparece no século XVIII.

³⁶ - Op. Cit. p.118.

O desfecho dessa história poderia ser igual ao de tantas outras entradas e bandeiras. Entretanto, não foi o que aconteceu. A aliança com Braço de Peixe não terminou bem. Resolveu-se segurar o principal Tabajara e sua gente amarrados para que continuassem servindo com mantimentos de suas roças e suas caças, possivelmente para dar conta da alimentação dos cativos. Braço de Peixe mandou chamar um parente, um outro principal, Assento de Pássaro e seus frecheiros. A emboscada foi realizada durante a noite, quando todos dormiam. Só escapou um mameluco, que foi escondido pela irmã de Assento de Pássaro. Os índios resgatados foram postos em liberdade.

No Nordeste, a oposição entre litoral e sertão foi também determinante na distribuição das atividades econômicas na colônia. A ocupação inicial das terras mais férteis do litoral pela lavoura da cana-de-açúcar acabou por empurrar para dentro dos sertões a criação de gado, nascida próxima aos engenhos.³⁷ A pecuária ajudou a desbravar os sertões e, o mais importante, a fixar uma população. Para Caio Prado Jr., a penetração promovida pela criação de gado foi um dos movimentos essenciais para o povoamento do interior. Ao contrário do brusco povoamento ocorrido na região das minas, a população que acompanha o gado teria entrado lentamente pelo sertão, promovendo uma expansão por contigüidade, sem perder o contato com o centro irradiador.³⁸

A contar pela descrição dos dilatados sertões feita por Antonil, grandes extensões de terra estavam ocupadas pela pecuária. O gado alastrava-se por todo o Brasil, com exceção do Rio de Janeiro, que tinha currais somente nos campos de Santa Cruz, do rio São João e dos Goitacazes, num total que não ultrapassava sessenta mil cabeças. Antonil fez jus ao título de seu livro; a opulência verificava-se também pelos sertões, sobretudo, os nordestinos, onde a pecuária atingia suas melhores cifras. Nosso padre jesuíta não economizou seus dados, fornecendo muitas medidas em léguas de quase todas as distâncias dos sertões, números fantásticos em torno da criação de gado, com a extensão das enormes fazendas e os elevados números das rezes.

Grandezas à parte, as informações objetivas ajudaram a mapear o assentamento da pecuária naqueles sertões. Na Bahia, contava Antonil, “as

³⁷ - Em 1701, a administração portuguesa proibiu a criação de gado em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior.

³⁸ - Op. Cit. p.55-56.

fazendas e os currais de gado se situam onde há largueza do campo e água sempre manente de rios ou lagoas; por isso os currais (...) estão postos na borda do rio São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs”.³⁹ Desse modo, procurando campos largos e seguindo o curso do São Francisco, margeando ainda todos os rios e lagoas ao seu redor, a pecuária criava no sertão uma economia secundária para apoiar a principal fonte de recursos da colônia desenvolvida no litoral. Ao longo do caminho das boiadas levadas para o litoral para serem vendidas aos principais centros - em Pernambuco e na Bahia -, foi-se estabelecendo uma população regular que se beneficiava do gado depreciado com a viagem, comprando por preços baixos, para depois revendê-lo. Ao mesmo tempo, cresciam pequenas lavouras, açudes e plantações de cana, dando vida ao interior.

Tratava-se de uma economia secundária, mas nada desprezível, de acordo com os dados do jesuíta. Segundo Antonil, o sertão da Bahia contava naquela época com mais de quinhentos currais. Em Pernambuco, os números eram maiores. Só no rio Iguassú (afluente do São Francisco) havia mais de trinta mil cabeças. Pelos seus cálculos gerais, na Bahia era certo o número passar de meio milhão de cabeças e em Pernambuco mais de oitocentas mil.

No final do século XVII, existiam imensas propriedades no dilatado sertão baiano. Grande parte das terras pertencia a alguns poucos proprietários, além de algumas ordens religiosas. Antonil citou duas famílias principais: a da “Torre” e a do “mestre de campo Antônio Guedes de Brito”.

O sertão de Antonil era o sertão produtivo e rico, de grandes extensões de terras cheias de cabeças de gado. Custos, lucros, preços, valores, progressões, proporções, léguas foram os termos objetivos utilizados para demonstrar como o Brasil era, naquele momento, a melhor e a mais útil conquista de Portugal. Os elevados números do universo da pecuária contrastam com a reduzida presença humana: grandes extensões, muito gado, poucos donos.

Lentamente, os criadores de gado foram penetrando pelo interior até o Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande e Ceará; através do rio São Francisco, chegaram ao Tocantins e Araguaia. Em geral, as áreas de criação deram origem a imensos latifúndios. Contudo, os caminhos do gado não foram tão calmos como poderíamos supor. À medida que avançavam para o interior, esbarravam com as

³⁹ - Op. Cit. p. 93.

tribos do sertão, sendo que muitas delas já haviam sido retiradas do litoral. É o que veremos a seguir.

6.3. Tapui Retama: A Terra dos Tapuias⁴⁰

Os relatos dos jesuítas forneceram inúmeros elementos que colaboraram para a delimitação de uma imagem dos sertões brasileiros. Em suas constantes caminhadas, percorreram grande parte do território, estabelecendo aldeamentos, que muitas vezes formaram a base de vilas pelo interior do Brasil. Pela leitura de suas cartas, podemos acompanhar uma espantosa movimentação destes padres em diversas capitâneas, pelos rios ou pelos inóspitos caminhos entre as matas e serras.

Desde sua chegada à Bahia, os jesuítas promoveram excursões de reconhecimento do território, procurando montar as estratégias da ação missionária. Até a montagem dos aldeamentos, grande parte da ação dos padres concentrou-se nas chamadas missões volantes. Em 1549, Nóbrega já estava indo de Porto Seguro ao sul do rio do Frade. No ano seguinte, o padre Leonardo Nunes foi enviado para a capitania de São Vicente e, em 1552, Francisco Pires ao sertão da Bahia. A conquista da terra de nada valeria se não fosse acompanhada de uma conquista da fé.

O que, inicialmente, surge desses relatos não é um espaço despovoado, ao contrário, é um território repleto de almas perdidas, à espera da salvação. Índios e mamelucos vivendo distantes da fé católica preenchiam um espaço pleno de negatividade. Em carta de 1551, o padre Manoel da Nóbrega contava que filhos de cristãos andavam pelo sertão perdidos entre os gentios, vivendo “seus bestiais costumes”. Outra carta do mesmo ano repetia a mesma história de filhos de brancos pelo sertão, sobre os quais havia dado ordens de retirá-los de lá. Para os padres, o sertão era o espaço da natureza, inculto, sem religião, sem rei; mas, sobretudo, era o espaço da perdição e das desordens. A queixa de Nóbrega foi repetida para o Rei, acentuando a imagem de um espaço desregrado da Igreja e do Estado:

“O sertão está cheio de filhos de Cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com viverem e se criarem nos costumes dos gentios. Havia grandes

⁴⁰ - Essa expressão *tapui-retama* ou *tapuy-retama* aparece em *Os sertões*, significando a região do tapuia. Cf. Op. Cit. p.106.

ódios e bandos. As coisas da Igreja muito mal regidas, e as da Justiça pelo conseguinte”.⁴¹

A carta prossegue dando conta das resoluções de resgatar os cristãos perdidos. O sertão sem fé e sem lei só podia ser muito violento. No ano seguinte a essas cartas, em 1552, Nóbrega expressava o desejo de todos os jesuítas de seguirem para o sertão, acreditando ser o melhor local para conquistar novos cristãos. Para isso, era preciso o envio de mais padres e irmãos. Nota-se uma ligeira mudança de tom. O jesuíta reconhecia a necessidade de “ir ganhando terra adiante”; conquistar o espaço equivalia a conquistar almas.

Em 1553, D. João III decidiu mandar uma entrada⁴² ao sertão para descobrir o ouro que se cogitava existir em alguma parte do território. Tomé de Souza determinou que um padre acompanhasse a expedição. O padre designado para tal missão foi João de Azpilcueta Navarro, por ser o maior conhecedor da língua da terra entre os jesuítas. Não foi difícil aos padres equipararem os seus objetivos com a razão da empreitada: “Eles vão buscar ouro e ele vai buscar o tesouro das almas, que naquelas partes é mui copioso”⁴³, disse o padre Anchieta a respeito desta expedição, repetindo a mesma idéia do sertão como um manancial de almas perdidas à espera da salvação.

Aos poucos, foi-se consolidando entre os padres da Companhia de Jesus a idéia do sertão povoado de índios bravos e intratáveis. Em 1560, Anchieta contava: “Quanto aos índios do sertão, muitas vezes estamos em guerra com eles, e suas ameaças sempre padecemos”.⁴⁴ Esse comentário, em especial, era decorrente da morte de alguns portugueses vindos do Paraguai e de uma ameaça de novos ataques.

Contudo, a idéia de um local povoado de índios selvagens não era exclusividade dos inacianos. Em uma das primeiras obras de referência sobre a colônia portuguesa na América, o *Tratado da Terra do Brasil*, escrita em torno de

⁴¹ - Op. Cit. p.124.

⁴² - Pouco se sabe a respeito desta expedição. A chefia ficou a cargo de um castelhano, Francisco Bruza de Espiñosa, que comandou doze homens. A expedição entrou pelo sertão de Porto Seguro, “alcançando as cabeceiras do Jequitinhonha e o vale do rio S. Francisco, descendo de tornaviagem ao litoral pelo rio Pardo. Sobre a expedição, Cf. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. p. 151.

⁴³ - Op. Cit. p. 79.

⁴⁴ - Idem. p.166.

1570, a palavra sertão aparecia como uma oposição à costa ou litoral e, também, como um território de índios bravos:

“Pelas terras desta capitania (Ilhéus) até junto o Espírito Santo se acha uma certa nação de índios que vieram do sertão (...) e dizem que outros contrários destes vieram sobre eles e os desbarataram todos e os que fugiram são estes que andam pela costa (os aimorés)”.⁴⁵

Em uma outra passagem do *Tratado*, Gandavo alertava para os perigos deste lugar: “ninguém pode andar pelo sertão dentro caminhar seguro nem passar por terra onde não ache povoações de índios armados contra todas as nações humanas”.⁴⁶ Um pouco mais adiante, conta que, por ocasião da chegada dos portugueses, os índios que viviam pela costa se mostraram contrários à ação colonizadora e entraram em conflito. Desde o início da colonização, houve uma tendência de simplificar as distintas nações indígenas em termos de aliados e inimigos dos portugueses, como foi o caso da oposição entre Tupiniquins e Tupinambás, que pautou os contatos iniciais restritos à costa.

A distinção entre os índios da costa e os índios do sertão ou entre os índios mansos e bravos, para além do seu maniqueísmo, simplificava, para efeitos operacionais, o entendimento da diversidade de tribos de todo o território. No entanto, algumas nações apareciam esporadicamente identificadas como índios bons ou maus. Habitantes da costa, especialmente da capitania de São Vicente, os carijós⁴⁷ eram tidos como índios mais tratáveis ou domesticáveis. Segundo Gabriel Soares de Sousa, este gentio era doméstico, pouco belicoso e de boa razão; não comia carne humana, nem matava homem branco. Os carijós sustentavam-se de caça e peixe e plantavam mandioca e legumes; viviam em casas cobertas e tapadas com cascas de árvores.⁴⁸

Quanto aos índios bravos, de um modo geral, foram homogeneizados sob a rubrica de tapuias. Essa diferenciação pode ser observada em uma passagem da *Informação do Brasil e de suas Capitânicas* do padre José de Anchieta:

Todo este gentio da costa, que também se derrama mais de 200 léguas pelo sertão, e os mesmos Carijós que pelo sertão chegam até as serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para a sua conversão. Entre eles

⁴⁵ - Op. Cit. 95.

⁴⁶ - Op. Cit. p.179.

⁴⁷ - Carijós era o termo empregado pelos habitantes de São Vicente para designar os índios guaranis.

⁴⁸ - *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. p.119.

pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes índios chamam Tapuias, que quer dizer escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra. Destes Tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares (...) mas foram se recolhendo para os matos e muitos deles moram entre os índios da costa e do sertão”.⁴⁹

Esta passagem de Anchieta corresponde à informação de Gabriel Soares de Sousa de que os tapuias teriam sido os primeiros habitantes da Bahia. Baseado no testemunho de índios mais velhos, Soares de Sousa conta que os tapuias foram expulsos do litoral pelos Tupinaés, índios descidos do sertão em busca de melhores condições de alimentação junto ao mar. Contudo, este domínio Tupinaé teve curta duração, pois logo foram também atacados pelos Tupinambás, vindos do interior. Derrotados, Tapuias e Tupinaés internaram-se no sertão, dando continuidade à antiga rivalidade em constantes embates.

Tapuia, na verdade, não era nome de nação alguma, era apenas uma designação genérica para identificar índios inimigos dos tupis ou que não falavam a sua língua. No entanto, esse termo passou a englobar os índios de diversas nações que entravam em conflito com os portugueses, em especial aqueles que habitavam os sertões nordestinos. Gabriel Soares de Sousa reconhece que os tapuias eram tantos e tão divididos em bandos, costumes e linguagem que, para distingui-los corretamente, precisaria de muito tempo para tomar as informações necessárias.

Fernão Cardim, ao comentar a diversidade das línguas nativas, foi quem melhor tratou dos índios do sertão da Bahia, que incluía várias nações do grupo tupi, e deu a medida do que o nome tapuia englobava. A extensa lista apresentada por Cardim contém o nome de setenta e seis nações de índios de diferentes línguas que eram considerados tapuias. Mesmo assim, o padre Cardim não se constrangeu em emitir uma conclusão genérica: “são gente brava, silvestre e indômita, são contrárias quase todas do gentio que vive na costa do mar, vizinhos dos Portugueses”.⁵⁰

A má fama dos tapuias não diminuía o interesse dos portugueses em capturá-los. Fernão Cardim contava que os padres da Companhia já haviam trazido

⁴⁹ - Op. Cit. p.310.

⁵⁰ - Cf. Op. Cit. p.123-127.

vários do sertão, que estavam aprendendo a língua dos índios do mar.⁵¹ As expedições ao sertão tornavam-se comuns, mesmo com as restrições impostas pela Coroa. Desde o regimento de Tomé de Souza, havia a determinação expressa de que pela terra adentro não fosse pessoa alguma sem licença do governador ou do provedor-mor da fazenda.⁵²

As constantes entradas iam esvaziando os sertões mais próximos, com os resgates e as mortes ou mesmo com a fuga dos índios para paragens mais longínquas. Em 1585, o jesuíta Luís da Fonseca enviou uma confusa representação ao rei, explicando a complicada situação dos sertões da Bahia:

“No sertão são mortos muitos moradores pelos índios, que (os) trazem por força e enganos. Está a terra despovoada até 200 ou 300 léguas, tem trazido muitos milhares de índios para cativarem e venderem, apartando as mulheres dos maridos, e os filhos dos pais, com tristeza, mau tratamento, e mudança das terras logo morrem, ou fogem, e se os puserem em povoações junto às fazendas e engenhos dos moradores conservar-se-ão e aumentar-se-ão os índios e as fazendas que a cada dia se vão perdendo e despovoando os engenhos com mortes de muitos moradores e escravarias que continuamente matam e comem outros índios que nunca tiveram conversação nem paz com os portugueses, nem soyão de ser vistos enquanto a fralda do mar esteve povoada de índios com que os moradores tinham paz e faziam suas fazendas”.⁵³

Em seu sexto diálogo, Ambrósio Fernandes Brandão, ao tratar dos costumes dos gentios, estabeleceu uma mudança ocorrida com a colonização, distinguindo os índios do litoral: “Antigamente, e ainda até hoje no sertão, andavam todos despidos, assim homem, como mulheres, sem usarem de coisa alguma (...). Mas agora o gentio que habita entre nós anda coberto, os machos com uns calções e as fêmeas com uns camisões grandes de pano de linho muito alvo e os cabelos enastrados com fitas de diferentes cores”. Portanto, no começo do século XVII, os índios que viviam pela costa já não ofereciam mais resistência e estavam medianamente enquadrados nos princípios da vida colonizada. Depositava-se nos sertões toda a carga negativa da falta de ordem e de costumes

⁵¹ - Idem. p 127.

⁵² - O regimento acrescentava que tal licença “não se dará, senão a pessoa que possa ir a bom recado e que de sua ida e tratos se não seguirá prejuízo algum, nem isso mesmo irão de umas capitánias para outras por terra sem licença dos ditos capitães ou provedores posto que seja por terras que estão de paz para evitar alguns inconvenientes que se disso seguem sob pena de ser açoitado sendo peão e sendo de mor qualidade pagará vinte cruzados a metade para os cativos e a outra metade para quem o acusar”.

⁵³ - *Apud* LEITE, Serafim. Op. Cit. Apêndice, Tomo II. p.621.

disciplinados. Fernandes Brandão, após uma longa digressão sobre os selvagens costumes dos índios, voltava a demarcar as diferenças:

“Deste costumes que até agora tenho tratado, são dos que usam no sertão o gentio que nele habita, sem terem comércio nem conhecimento dos brancos, porque os que andam entre nós e estão debaixo da doutrina dos religiosos vivem já muito desviados de semelhantes costumes; porque sabem a doutrina e batizam os filhos, como se casarem na forma do sagrado concílio, e não têm mais de uma mulher, como andarem vestidos e juntamente aprendem a ler, a escrever e contar”.⁵⁴

O índio do sertão tornava-se o mais bárbaro dos bárbaros, porque se recusava a aceitar a catequese, a abandonar o seu modo de vida e, sobretudo, a colaborar com os portugueses. Brandão conta o caso de um índio do sertão que os padres da Companhia haviam ensinado, por acreditarem portador de uma certa habilidade para ler e escrever, para o canto e latinidade. O tal índio se mostrava ágil e de bons costumes, chegaram a lhe fazer dar ordens menores. Mas o bom índio, “obrigado de sua natural inclinação”, amanheceu um dia despido e foi-se, com outros parentes para o sertão. A conclusão de Brandão não poderia ser outra: onde exercitou seus bárbaros costumes até a morte, não se lembrando dos bons que lhe haviam dado.⁵⁵ Não bastassem todas as explicações fornecidas sobre os índios do sertão, Brandão ainda discorre sobre o assunto, tornando ainda mais clara a diferenciação:

“Estes tapuias vivem no sertão, e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantam mantimentos para sua sustentação; porque todos vivem pelos campos, e do mel que colhem das árvores e as abelhas lavram a terra, e assim da caça (...). Também são na fala diferentes; porque o demais gentio não os entende, por terem a língua arresada; trazem os cabelos crescidos como de mulheres, com serem geralmente tão temidos de todo o mais gentio, que é bastante um só tapuia para fazer fugir muitos; e assim entram mui poucos por grandes aldeias mui confiados, e delas tomam tudo o que querem, sem ninguém lhes vir à mão; e ainda as próprias mulheres lhes deixam levar, tão grandíssimo medo lhes têm cobrado”.⁵⁶

O sertão como a terra dos tapuias demarcava ainda mais a oposição com o litoral, domínio português; a ordem *versus* a desordem. Com a invasão holandesa, principalmente a de Pernambuco, cristalizou-se definitivamente a imagem dos índios do sertão como inimigos dos portugueses. O domínio holandês estabelecido na região que abrangia o Rio Grande, Paraíba e Pernambuco logo entrou em

⁵⁴ - Op. Cit. p. 295.

⁵⁵ - Idem. p.296.

contato com os índios locais, estabelecendo fundamentais alianças. As crônicas da invasão não deixaram de registrar esse apoio. Gaspar Barléu, autor da mais conhecida obra sobre esse domínio, a *História dos Feitos*, ressaltou o valeroso auxílio: “De todos foram os Tapuia os mais dedicados a nós. Com o auxílio de suas armas e forças comandadas por Jandovi (Janduí) pelejamos contra os portugueses”.⁵⁷ Joan Nieuhof ressaltou igualmente o auxílio de diversas nações tapuias, principalmente as que estavam sob a autoridade de Janduí, contando ainda que esses índios alimentavam um “ódio mortal aos portugueses”.⁵⁸

Apesar do apoio recebido, os holandeses não deixaram uma boa imagem de seus colaboradores: “os tapuias são piores que todos os outros brasileiros e ignoram tudo quanto se relaciona com Deus e a Religião”. A aliança, para os tapuias, estava restrita ao campo da guerra e só; não admitiam interferência em seu modo de vida. Esses talvez fossem os verdadeiros tapuias.

Em um excelente trabalho, que tem como foco de interesse principal a chamada *Guerra dos Bárbaros*, Pedro Puntoni⁵⁹ analisou uma série de conflitos ocorridos em várias regiões do Nordeste, decorrentes do avanço da colonização naqueles sertões. Na segunda metade do século XVII, os conflitos com os tapuias espalharam-se pelos sertões de fora. Em várias localidades, registraram-se violentos embates: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí.

À medida que as fronteiras da economia colonial procuravam se expandir e os índios tapuias atrapalhavam o seu desenvolvimento, programavam-se expedições para reprimir os seus abusos. Os atritos, que sempre pautaram as relações entre portugueses e índios, pareciam agora muito mais exacerbados. A resistência tapuia teria desencadeado uma ação sistemática da administração portuguesa para atender à demanda dos moradores da região, o que acabaria se transformando em verdadeiras guerras. Porém, em uma certa altura, esses ataques não mais ameaçavam o sistema produtivo da região e a guerra “passara a mover-se pelo interesse consolidado na captura, comércio e utilização da mão-de-obra

⁵⁶ - Idem. p.297.

⁵⁷ - *História dos Feitos Recentemente Praticados durante Oito Anos no Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. p. 260.

⁵⁸ - *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. São Paulo, Liv. Martins, 1942. p. 321.

⁵⁹ *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 2002.

indígena”.⁶⁰ Assim, os vários episódios de enfrentamento foram reunidos sob a designação “guerra dos bárbaros”, que Puntoni sistematiza, esclarecendo vários pontos que até então estavam misturados e confusos.

A “guerra dos bárbaros” teria sido iniciada com uma seqüência de jornadas ao sertão baiano, seguidas de três conflitos maiores - Guerras do Orobó, do Aporá e no São Francisco -, ocorridos nas áreas do Recôncavo e Ilhéus entre os anos de 1651 e 1679, chamados por Puntoni de “Guerras do Recôncavo”. Desde o século XVI, o Recôncavo Baiano vinha sendo ocupado, servindo, sobretudo, à criação de gado. Entre 1651 e 1656, três jornadas foram programadas para atacar os tapuias da região, sendo que todas fracassaram. Contudo, as atividades no sertão continuaram freqüentes, bem como os ataques dos tapuias, que atemorizavam a região. O autor considera que esses conflitos devem ser entendidos como parte de um esforço do Governo-Geral de formalizar mecanismos de repressão e controle das nações tapuias.

Mas foi no Rio Grande, na região do Açú, que o conflito se fez mais intenso e duradouro. Desde a expulsão dos holandeses, essa região estava sendo ocupada; no entanto, a colonização só se intensificaria em torno de 1680. Povoada por tapuias de diversas nações, este sertão foi inicialmente penetrado por vaqueiros, que lá estabeleceram seus currais. O convívio estável com os tapuias teve curta duração. Após alguns levantes isolados de grupos indígenas, um movimento maior acabou por ganhar grandes dimensões, sendo logo chamado de Guerra do Açú, região que serviria de “palco das mais sangrentas batalhas e atrocidades cometidas ao longo da guerra dos bárbaros”.

Para Puntoni, os levantes dos tapuias devem ser compreendidos como uma resposta à “pressão sufocante do avanço da economia pastoril, que demandava mais terra e mão-de-obra, fatores que implicavam arrocho sobre as populações da fronteira”.⁶¹ Discutia-se sobre a melhor solução para o caso da região do Açú. Havia duas possibilidades: tentar acordos de paz com os índios, ao mesmo tempo incentivando a ocupação da terra por colonos que ajudariam no controle dos nativos, ou a guerra continuada e estruturada em novas e mais poderosas

⁶⁰ - Op. Cit. p. 120.

⁶¹ - Idem. p. 132.

estratégias. Em resumo, a Coroa optou pelo confronto. Para isso, decidiu contratar paulistas experimentados nas lides do sertão.

Formou-se, portanto, um terço paulista sob o comando do mestre-de-campo Manuel Alvares de M. Navarro. Não era a primeira vez que paulistas eram chamados para combater por aquelas bandas. Nessas alturas, tinham fama e currículo com grau de excelência na categoria contenção dos bárbaros. O que distinguia a ação das tropas paulistas? Os longos anos vividos pelos sertões haviam transformado os paulistas em profundos conhecedores do modo e das manhas de guerrear dos índios, os quais sabiam imitar com perfeição. Em outras palavras, eram especialistas na arte da “guerra brasílica”.⁶²

Instalados na região do Açu, a contragosto das autoridades locais, que preferiam tentar acordos e não queriam interferência externa, acabaram por empreender uma das mais desastrosas e trágicas ações por aquelas paragens. Em 1699, promoveram o massacre de quatrocentos índios paiacus na ribeira do Jaguaribe, cativando outros tantos restantes. O massacre alcançou uma forte repercussão, desencadeando uma série de conflitos políticos, com múltiplas conexões, que se inserem em um contexto mais amplo que não cabe aqui explorar.⁶³ Em vão, discutiu-se o caráter da guerra injusta e chegou-se a decretar a extinção do terço dos paulistas e a prisão do mestre-de-campo Navarro.

Apesar de toda a controvérsia, o terço paulista continuou suas atividades por aqueles sertões até 1716, quando foi definitivamente extinto. A violência ainda encontrou lugar naqueles campos, autorizada em guerras ofensivas, em guerras “justas”. De acordo com Puntoni, “a justiça d’el rei só se faria sentir em 1733”, quando o ouvidor-geral da capitania do Ceará foi enviado para julgar os casos de cativo injusto. Parece ocioso comentar qual era a situação dos tapuias naquela altura. O governo de Pernambuco informava que as terras do Açu já estavam senhoreadas e iam sendo povoadas.

⁶² - Pedro Puntoni analisa longamente a organização das forças militares envolvidas na conquista e controle dos domínios, desde a instalação do Governo-Geral até a criação de um exército permanente em termos modernos em 1640. Segundo suas explicações, a guerra brasílica diferia das técnicas científicas tão em voga na Europa moderna. O uso dos índios, e de sua arte militar, era essencial para os combates pelo sertão. Cf. “O terço dos paulistas”. In: Op. Cit. p. 181-223.

⁶³ - O confronto político concentrou-se principalmente entre paulistas e oratorianos de Pernambuco, devendo ser entendido a partir do contexto da Fronda dos Mazombos, tal como foi estudado por Evaldo Cabral. Cf. “Paulistas e Mazombos”. In: Op. Cit. p. 241-282.

Assim, como demonstrou Puntoni, as guerras de extermínio dos índios do sertão, tidos como bárbaros e indomáveis, estavam diretamente relacionadas com as disputas políticas que se gestavam na América portuguesa no final do século XVII. Apesar de sua duração, cerca de cinquenta anos, a guerra dos bárbaros foi apenas mais um capítulo na longa história de conflitos entre bárbaros e civilizados.

6.4. Outros Sertões, Outros Conflitos.

A região Norte foi durante muito tempo um grande sertão⁶⁴. Esteve isolada do resto da colônia portuguesa não só em termos de distanciamento territorial como também existencial até meados do século XVII. A colonização penetrou, a partir de então, lentamente. Mesmo assim, a vida da colônia ao Norte estruturou-se de modo diverso das outras regiões. A distância e o isolamento propiciaram o estabelecimento de franceses no Maranhão em 1612, onde fundaram São Luís. Os franceses, depois da tentativa frustrada da França Antártica, arriscavam novamente uma outra experiência, agora denominada França Equinocial. Não cabe aqui analisar esta ocupação temporária, que teve a curta duração de quatro anos.

O problema do isolamento daquela parte da colônia portuguesa não se explica somente em termos de sua distância física. Ao longo dos anos, buscou-se um caminho terrestre para estabelecer uma ligação com as terras do Maranhão. As viagens por mar eram problemáticas em decorrência dos ventos contrários e das fortes correntes na costa, que dificultavam a navegação para aquela região.

De qualquer forma, a possibilidade de uma perda territorial incentivou a ação da administração colonial, ocorrida durante a União Ibérica. A primeira medida foi expulsar os invasores. Depois de tentativas frustradas, duros combates, envio de novos reforços, os portugueses vitoriosos fundavam na foz do Amazonas um forte, que chamaram de Presépio de Santa Maria do Belém do Pará. A partir de então, expedições militares acompanhadas de missionários começaram a

⁶⁴ - Ninguém ignora que, já nos princípios do século XVI, várias expedições exploraram a área, penetrando na Amazônia, sendo os espanhóis seus primeiros exploradores: Francisco Pizarro e Francisco Orellana. Já na segunda metade deste século, a expedição de Pedro de Ursua, vinda do

penetrar na região amazônica. A ameaça estrangeira de ingleses e holandeses ainda amedrontava as autoridades da colônia, que decidiram, entre outras medidas, incentivar a ocupação daquele espaço. Parte desse esforço para um maior controle foi também a criação do Estado do Maranhão & Grão Pará, em 1621, que passaria a dividir a administração da colônia com o Estado do Brasil.⁶⁵

Os conflitos com os índios no Pará começaram cedo. Segundo Capistrano de Abreu, Francisco Castelo Branco - um dos líderes da expedição de combate aos franceses e fundadores de Belém - logo arranhou um pretexto para guerrear com o gentio nativo.⁶⁶ Os confrontos agravaram-se, fazendo-se necessária uma ajuda vinda de Pernambuco. Ainda nesses primeiros tempos, uma carta do bispo de Lisboa ao rei de Portugal comentava a situação no Maranhão:

“(...) em todo o distrito não restou uma só aldeia índia. Dentro de uma centena de léguas do Pará não existe um só índio que não esteja pacificado ou não tenha sido domesticado dos portugueses, aos quais ele teme mais do que o escravo teme seu amo. No Pará, e ao longo das margens de seus grandes rios, havia tantos índios e tantas aldeias que os visitantes ficavam maravilhados. Agora, poucos são aqueles que permaneceram incólumes. O resto pereceu em virtude das injustiças a que os submeteram os caçadores de escravos”.⁶⁷

A opinião do bispo estava de acordo com a de Antônio Vieira que, anos mais tarde, não se cansaria de repetir que a justiça naqueles confins parecia não existir. Por mais que essa carta contenha um certo exagero do bispo, ela demonstra o tom inicial das relações entre os colonos e os milhares de índios naquela região. Já tivemos oportunidade de avaliar o entendimento da diversidade dos grupos indígenas a respeito de suas línguas ditas travadas e o quanto isso servia de reforço na generalização de um estado de barbárie.

Não é possível esquecer que se tratava de uma região complexa, uma vez que compreendia nada menos que a Amazônia. Vimos o espanto do padre Antônio Vieira em relação à real dimensão da área por ocasião da expedição de Raposo Tavares. Desta forma, Belém tornava-se uma importante porta para aquele imenso sertão, tendo o Amazonas e seus afluentes como as primeiras rotas utilizadas.

Peru, chegou a alcançar o Atlântico. Além disso, ingleses e holandeses, também no século XVI, atingiram o delta amazônico, estabelecendo feitorias na região.

⁶⁵ - O Estado do Maranhão correspondia aos atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará; existiu formalmente até 1774.

⁶⁶ - Op. Cit. p.124.

Relatos desse período trataram igualmente da destruição de aldeias e despovoamento das terras próximas a Belém. Vários homens que integraram as tropas de combate aos franceses se tornaram conhecidos exploradores da região e grandes exterminadores de índios. Bento Maciel Parente, um dos expoentes da conquista daquelas terras, fez incontáveis entradas pelos sertões do Norte. Em 1619, liderando cerca de 480 homens - índios e mamelucos - circulou por entre terras e rios, empreendendo uma das mais devastadoras entradas naquele período⁶⁸. A chegada dos colonos ao Maranhão criou, portanto, uma nova zona de conflitos, os quais não ficaram restritos aos seus momentos iniciais.

Outro consagrado conquistador das terras do Norte e grande apresador de índios foi Pedro Teixeira. Em 1626, subiu o Amazonas até o Tapajós, conduzindo uma tropa de resgates. Alguns anos mais tarde, Teixeira liderou uma grande expedição oficial pelo mesmo rio - fazendo o percurso no sentido inverso de Orellana no século anterior -, navegando até Quito. A viagem, realizada entre 1637 e 1639, ultrapassou os limites de Tordesilhas, incorporando uma significativa extensão de terras para a Coroa portuguesa. Na volta, a expedição fundou a vila Franciscana (atual Tabatinga).

O bom resultado da expedição de Teixeira animou capitães e sertanistas a percorrerem os diversos rios da bacia amazônica, identificando suas ligações e novos caminhos. Por onde passavam, montavam postos avançados e feitorias, combatendo e cativando índios de diferentes nações.

Várias ordens religiosas também atuaram ativamente, trabalhando na transformação daqueles sertões. Os frades franciscanos da Província de Santo Antônio chegaram no ano seguinte à fundação de Belém, iniciando um contato com os índios nativos, principalmente com os Tupinambás, antigos aliados dos franceses.⁶⁹ Em 1624, os franciscanos recebiam o direito de administração das

⁶⁷ - *Apud* "A população do Brasil colonial". In: BETHELL, Leslie (Org). *História da América Latina. A América Colonial*. São Paulo, Edusp; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. Vol. II. p.316.

⁶⁸ - Capitão-mor do Grão Pará, ajudou a expulsar os holandeses em combates entre os anos de 1623-1627. Como recompensa pelos seus trabalhos de defesa e conquista, Parente foi agraciado com a capitania do Cabo Norte, em 1637. A área concedida abrangia desde a margem norte do rio Amazonas até o rio Parú (o que correspondia ao Amapá). Castela concedia a um português um território além de Tordesilhas.

⁶⁹ - Em 1615, dois carmelitas acompanharam a expedição de conquista de Alexandre de Moura, como capelães militares. Após a vitória dos portugueses, estabeleceram um primeiro convento em São Luís.

aldeias dos índios do Estado do Maranhão. Em decorrência de atritos com os moradores no Pará, acabaram por abandonar essa tarefa, só retomada anos mais tarde. Outras ordens enviaram seus missionários para a região, dentre os quais se destacaram os jesuítas, os carmelitas, capuchinhos e mercedários.

Diferente das outras ordens, a entrada dos jesuítas não esteve ligada a alguma bandeira ou governo. Desde a primeira metade do século XVII, os inacianos penetravam pela região em expedições, por vezes trágicas.⁷⁰ Luís Figueira foi o primeiro padre da Companhia a missionar por aqueles sertões, inaugurando a igreja de N. Sra. da Luz em São Luís, no ano de 1626. Contudo, a Companhia de Jesus só se estabeleceu definitivamente no Estado do Maranhão em 1652. Os jesuítas tinham planos de fundar “uma nova Igreja”, originalmente idéia do padre Figueira, depois desenvolvida por Antônio Vieira.⁷¹

Antônio Vieira retomou a postura dos jesuítas do século anterior, ampliando, no entanto, aquela perspectiva, em função de suas próprias concepções. Ao longo de sua vida, Vieira⁷² desenvolveu algumas interpretações proféticas relativas ao projeto divino reservado a Portugal, que deveria se tornar o Quinto Império⁷³. Essa profecia reservava um papel especial para as colônias do Novo Mundo. A conversão dos povos selvagens era prevista por Deus e antecederia o advento do novo império. Desnecessário falar sobre a distância entre o místico aspecto da profecia e a dura realidade da vida colonial.

⁷⁰ - Em 1607, uma primeira expedição foi realizada pelos padres Francisco Pinto e Luís Figueira. Os dois jesuítas saíram de Pernambuco, mas não chegaram ao Maranhão. Francisco Pinto foi morto pelos índios na serra de Ibiapaba (atualmente Estado do Ceará). No ano de 1636, Luís Figueira saiu do Maranhão, passou pelo Pará e pelo rio Amazonas. Entusiasmado com o campo de trabalho, foi a Lisboa pedir ajuda para a nova missão. Em 1643, Luís Figueira retornou ao Brasil, liderando uma expedição vinda na nau do Gov. Pedro Albuquerque. Quando chegaram ao Maranhão, encontraram a cidade dominada por holandeses, rumaram em direção ao Pará, naufragando próximos à Ilha de Marajó. Dos 173 tripulantes, entre os quais quinze jesuítas, só se salvaram 42.

⁷¹ - Sobre esse aspecto, ver especialmente a monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite, e *História da Igreja no Brasil*, organizada por Eduardo Hoornaert. A bibliografia sobre Antônio Vieira é extensa. Vale citar os trabalhos de João Lúcio de Azevedo, biógrafo e, talvez, o maior conhecedor da obra de Vieira; e, ainda, os estudos de Alcir Pécora, João Adolfo Hansen e Marcus Alexandre Motta.

⁷² - Vieira teria desenvolvido suas teorias especialmente no período em que ocupou o posto de pregador da Capela Real em Portugal (1641-1651). De acordo com João A. Hansen, a função de pregador da Capela Real era interpretar religiosamente eventos que estivessem relacionados à vida do Reino, como vitórias em guerras, pestes, fomes, aparições de cometa, entre outros. Cf. “Padre Antônio Vieira. Sermões”. In: MOTA, Lourenço D. (org). *Uma Introdução ao Brasil. Um Banquete nos Trópicos*. São Paulo, Senac, 1999.

⁷³ - Os impérios anteriores considerados eram: assírio, persa, grego e romano.

Para essa nova concepção de Igreja, os padres da Companhia pretendiam uma organização diferente da que, até então, haviam experimentado no litoral e no sertão nordestino; seria mais próxima das reduções do Paraguai. Os aldeamentos deveriam ser instalados em locais distantes dos povoados coloniais, de preferência no sertão, para tentar diminuir os ataques, as epidemias e conservar a liberdade dos indígenas e o controle dos jesuítas. De acordo com as novas estratégias, os aldeamentos deveriam gozar uma relativa autonomia econômica, funcionando como unidades independentes.

A região era, de um modo geral, pobre. A economia procurou desenvolver-se por meio da produção do açúcar, do tabaco e do algodão⁷⁴, que não garantiam, contudo, rendimentos suficientes para a população importar mão-de-obra africana, segundo o costume de outras áreas da colônia. Mas a economia se baseava, sobretudo, nas “drogas do sertão”, produtos da floresta, como o cravo, o cacau, a baunilha, a salsaparilha entre outros. Assim, a subsistência da região dependia do trabalho compulsório dos índios nas plantações e na coleta das drogas.

Os jesuítas seguiram o mesmo caminho para desenvolver suas atividades produtivas. Vieira estruturou um regime interno para os aldeamentos, chamado de *Visita*, com os procedimentos que deveriam ser adotados pelos padres responsáveis em cada unidade. Redigido entre os anos de 1658 e 1661, o regulamento abordava vários aspectos da vida espiritual e material das aldeias. Um dos itens tratou do sustento e negócios destas unidades. O texto deixava claro que os índios trabalhariam e os padres seriam responsáveis pela administração da produção:

“Por quanto às igrejas dos índios não têm, pela maior parte, mais o que nós lhe damos nem renda alguma de El-Rei para elas (...): para estes bons efeitos exortaram os padres aos índios que se valham de algumas indústrias de que eles e a terra em que estiverem for capaz; e porque os ditos índios não têm talento para venderem o que fizerem, nem comprar o que lhes for necessário, cada um dos Padres das Residências procurará ter na cidade uma pessoa (...) que queira fazer esta caridade aos índios”.⁷⁵

⁷⁴ - Seria somente no final do século XVII que a produção de algodão iria alcançar um crescimento significativo.

⁷⁵ - Não se tem a data precisa deste texto. O termo *Visita* refere-se ao cargo de *Visitador* para a Missão do Maranhão e Grão-Pará, para o qual Vieira foi nomeado em 1658. De acordo com Serafim Leite, Vieira deveria ter começado a estruturar este regulamento desde sua chegada ao Maranhão, pois, em 1654, já havia submetido à aprovação superior. No entanto, só após a sua

De fato, os aldeamentos não só conseguiram se auto-sustentar, como o desenvolvimento econômico das missões foi além do que se esperava; o suficiente para gerar enormes atritos entre a sua administração e a administração colonial. Contudo, a colaboração dos jesuítas foi essencial para o desenvolvimento da economia local. Logo, estavam donos de grandes fazendas de gado, plantações de algodão, fumo e arroz, participando também do comércio das “drogas”, que ajudaram a desenvolver em suas terras. Além disso, trouxeram mudas de canela, de pimenta e, ainda, várias espécies de frutas e vegetais de outras partes do Brasil e de Portugal.⁷⁶

Porém, a questão da escravização dos indígenas deu motivos para que os jesuítas estivessem em permanentes disputas com os colonos, o que marcou profundamente a vida do Estado. Os colonos, alegando pobreza e falta de dinheiro para importar mão-de-obra africana, declaravam imprescindível o cativeiro dos indígenas. Basta uma rápida olhada nas angustiadas cartas de Vieira para se ter uma noção da medida que esses confrontos alcançaram, os quais só teriam fim com a expulsão definitiva de todos os padres da Companhia em 1759. A oscilante legislação referente à condição dos indígenas fazia com que os conflitos se renovassem a cada nova medida.

Diante deste quadro, Vieira passou a recorrer aos seus sermões, apostando no poder das palavras como arma mais poderosa contra a prática de apresamento dos índios e a pouca atenção dedicada pelos colonos à sua conversão. Em um sermão pronunciado na Quaresma de 1653, Vieira criticou as expedições de resgates dos nativos - expedições escravistas -, condenando todos aqueles que tinham escravos índios: “Todos os senhores se encontram em pecado mortal; todos os senhores vivem em estado de condenação; e todos os senhores estão indo diretamente para o Inferno”.⁷⁷

nomeação é que o texto deve ter sido organizado em sua forma final. Cf. “Visita do Pe. Antônio Vieira”. In: LEITE, Serafim. Op. Cit. Tomo IV, p.108.

⁷⁶ - Desde o tempo de D. Manuel, o cultivo das drogas da Índia estava proibido no Brasil. Foram os jesuítas que introduziram essas culturas no norte da Colônia. Em suas fazendas, plantavam ainda cana-de-açúcar, café, milho, gergelim, favas, feijão, melancias, melões, legumes de Portugal, além das frutas da terra: bananas, abacaxis, mamões, cajus, laranjas, entre outras. Cf. LEITE, Serafim. Op. Cit. Tomo IV. p.156-7.

⁷⁷ - A crítica prossegue, ressaltando a gravidade da questão e sem limitar a beleza do texto: “Sabeis, cristãos, sabeis, nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão (...). Ah! Fazendas do Maranhão, que se esses

Ao longo dos anos, em suas cartas destinadas às autoridades do Reino, Vieira discutiu a questão do cativo dos índios, lembrando que um dos princípios básicos da conquista estava diretamente relacionado à expansão da fé católica, que previa a inclusão dos indígenas ao corpo místico do Império e da Igreja, por meio de sua catequese. Todavia, a ação dos colonos parecia ignorar solenemente esse princípio, dando prioridade a uma escravização ilegal por meio de guerras ilegítimas e injustas, em clara desobediência à lei natural e às leis positivas do Reino. Deste modo, a falta de justiça e os desmandos por parte dos colonos eram tópicos freqüentes de suas cartas e sermões. A violência excedia todas as medidas e, de acordo com uma carta ao rei, a gravidade da situação no Maranhão superava os piores casos do Império:

“As injustiças e tiranias, que se tem executado nos naturais destas terras excedem em muito às que se fizeram na África. Em espaço de quarenta anos se mataram e destruíram por esta costa e sertões, mais de dois milhões de índios, e mais de quinhentas povoações como grandes cidades e disto nunca se viu castigo”.⁷⁸

Ainda recém-chegado ao Pará, Vieira escreveu ao provincial do Brasil, dando conta do estado das coisas. Segundo o seu relato, um capitão-mor havia estado no sertão e “abalado” nove aldeias, que já estariam prontas para “descer”; no entanto, outras quatro resistiam. O governador sugeriu, sem pestanejar, que fossem logo lhes dar guerra, para grande utilidade do povo que carecia de escravos. Espantado com a atitude do governador, Vieira definiu a lógica local:

“De maneira que, ao não quererem deixar suas terras, uns homens que não são nossos vassallos se chama cá rebelião, e este crime se avalia por digno de ser castigado com guerras e cativos”.⁷⁹

Os desacordos com o governador não o fizeram desistir de acompanhar a expedição programada. Vieira decidiu que não iriam, contudo, aceitar o gentio resgatado das violentas entradas; queria deixar claro que a posição dos padres, pelo menos a dos jesuítas, era diferente da dos demais homens brancos. Uma de suas primeiras entradas foi ao Tocantins, narrada nessa mesma carta de 1654.

mantos e estas capas se torcessem haviam de lançar sangue. El Rei poderá mandar que os cativos sejam livres; mas que os livres sejam cativos, não chega lá sua jurisdição. Se tal proposta fosse ao reino, as pedras da rua haviam de se levantar contra os homens do Maranhão”.

⁷⁸ - Carta ao rei D. Afonso VI de Portugal em 1657. *Apud AZEVEDO, João Lúcio de: História de Antônio Vieira*. Lisboa, Liv. Clássica, 1931. Tomo I.p. 222.

⁷⁹ - “Carta ao Provincial do Brasil. 1654. In: *Cartas do Brasil*. p.151.

Nem os anos passados no Brasil nem os percalços da viagem diminuíram a sua capacidade de se encantar com o local. Suas descrições sobre o espetáculo da desova das tartarugas, os estranhos e belos pássaros do mato, as potentes cachoeiras com correntes “de água tão vivas e furiosas” formam um capítulo à parte dessa história. Aqueles sertões tão distantes tinham uma natureza ainda mais exuberante.

Em 1655, Vieira retornou a Lisboa em busca do apoio do rei, tentando alguma forma de controlar a complicada situação no norte da colônia. O apelo ao rei resultou em uma nova lei contra a escravização dos indígenas, favorável aos jesuítas.⁸⁰ As missões prosperaram em todos os sentidos, desde a criação de novos aldeamentos, bem como as fazendas de gado e suas plantações. Deste modo, o período entre 1655 e 1661 foi o mais favorável para a ação dos inicianos no Maranhão. Com as várias expedições pelo sertão e uma aceitação pacífica dos índios, foram abertos cerca de dezenove aldeamentos localizados desde o Ceará até o Xingu.

Ao longo dos anos em que estiveram atuando no Estado do Maranhão, os jesuítas penetraram pelos sertões, ajudando no avanço da colonização e no conhecimento da região. Desde 1658, Vieira fazia menção à produção de mapas da terra e dos rios, que mostrariam a extensão das missões.⁸¹ Há vários registros dos mapas elaborados pelos padres da Companhia. Aloísio Conrado Pfeil, matemático e cartógrafo, desenhou, entre outros, um grande mapa do rio Amazonas, ofertado ao rei de Portugal em 1685. No século seguinte, o padre Samuel Fritz seria responsável por mapas mais precisos da região, próximos aos da cartografia moderna.⁸²

Segundo os relatos de Vieira, as entradas empreendidas pela Companhia mobilizavam milhares de índios de forma pacífica. Vieira destacou duas bem

⁸⁰ - A referida lei de abril de 1655, foi assim expressa no Regimento de D. João IV ao governador André Vidal de Negreiros: “Ao serviço de Deus e meu (...) que os índios de todas as aldeias, assim das capitâneas que me pertencem, e das de donatários, sejam administradas por párcos regulares de uma só religião, e não de muitas, pelas razões que a isso obrigam, e que esta seja a da Companhia de Jesus, pela muita experiência que se tem de seu zelo, muita aplicação e indústria para a conversão das almas, e pelo muito que estão aceitos aos índios desse Estado”. *Apud*. LEITE, Serafim: Op. Cit. Tomo IV. p.101.

⁸¹ - Em carta de 10 de setembro de 1658, Vieira destacou: “Vai com esta um mapa de todas as terras, por até agora estamos estendidos”.

sucedidas expedições. A primeira, realizada em 1659, era um antigo projeto para a Ilha de Joanes (Marajó), povoada pelos Nhengaíbas. Alguns anos antes, dois padres já haviam tentado missionar pela ilha sem nenhum resultado. Escaldados pelos muitos ataques dos portugueses, os Nhengaíbas criaram suas estratégias de defesa, utilizando a geografia da ilha, um confuso e intrincado labirinto de rios e bosques espessos. Com medo de novos ataques, desataram “as povoações que viviam, dividindo as casas pela terra dentro a grandes distâncias, para que, em qualquer perigo, pudesse uma avisar às outras, e nunca ser acometidos juntos. Desta sorte, ficaram habitando toda a ilha, sem habitar nenhuma parte dela”.⁸³

Não eram só os jesuítas que tinham planos para a Ilha de Marajó e para os Nhengaíbas. Cogitava-se uma guerra justa, alegando que aqueles índios eram ferozes, indômitos e, sobretudo, aliados dos holandeses. Vieira pediu uma chance para negociar um acordo com os Nhengaíbas. Enviou à ilha emissários índios, daquela mesma nação, que prometeram resposta pelo tempo de algumas luas. Prazo estourado, acordo desacreditado. Quando não mais se esperava, retornaram os emissários com sete principais Nhengaíbas, os quais explicaram suas desconfianças e medo das violências dos portugueses. Contudo, a fama de Vieira já havia chegado a Marajó, razão do crédito que davam novamente aos homens brancos.

A troca de distinções entre os índios e o padre foi completa. Vieira quis partir imediatamente com a comitiva, que, delicadamente, recomendou que aguardasse, para que pudessem preparar as acomodações e, então, recebê-lo melhor. Talvez não precisássemos reproduzir a conclusão de Vieira, mas é irresistível. Todo aquele comportamento desmentia “a opinião que se tinha de sua fereza e barbaria, e se estava vendo nos gestos, nas ações e afetos com que falavam ao coração e a verdade do que diziam”.⁸⁴ A população, em torno de quarenta mil índios, aceitou a presença dos jesuítas, que se instalaram em Marajó, onde estabeleceram imensas fazendas de gado.

No ano seguinte, Vieira realizou outra expedição, tão bem sucedida quanto a anterior, na serra de Ibiapaba. A referida serra havia se tornado um refúgio para

⁸² - Sobre esse aspecto, conferir maiores informações em *História da Companhia de Jesus no Brasil* - Tomo IV, em que Serafim Leite dedica um capítulo sobre a importância da geografia, da cartografia e das bibliotecas no trabalho dos jesuítas.

⁸³ - “Ao D. Afonso VI - 28 de novembro de 1659”. In: *Cartas do Brasil*. p.476.

várias nações ditas tapuias, fugidas do avanço da colonização do Nordeste e das constantes guerras de extermínio. Vieira conseguiu igualmente persuadi-los com promessas de uma vida segura e dos benefícios da fé católica. Ibiapaba tornou-se um dos maiores aldeamentos dos jesuítas.

A insatisfação com o poder e as ações dos jesuítas foi-se generalizando: colonos e outras ordens religiosas partilhavam do mesmo sentimento. Em 1661, colonos de São Luís e de Belém revoltaram-se contra os padres da Companhia de Jesus, tendo desdobramentos mais sérios que os habituais. Os padres não queriam deixar impune um índio Principal da aldeia de Maracanã que vivia em concubinato com a cunhada. O governador rejeitou o requerimento dos jesuítas, recomendado um castigo restrito ao foro eclesiástico. Recorrendo a um certo artifício, Vieira atraiu o índio ao colégio, executando sua prisão. A história teve uma péssima repercussão e deu motivos para que adversários dos jesuítas explorassem o fato. Em resumo, protestos, inquérito e representações à corte resultaram na prisão e expulsão dos jesuítas da cidade. As aldeias ficaram, durante muito tempo, sob a administração de capitães brancos.

Malgrado os acontecimentos, os padres da Companhia continuaram a atuar na região, resistindo aos conflitos e hostilidades dos colonos. Em 1680, a administração das aldeias foi devolvida aos missionários. Em 1684, os inacianos foram expulsos do Maranhão, voltando dois anos depois com o apoio da Coroa portuguesa. Em 1759, foram definitivamente expulsos do Brasil pelo governo do Marquês de Pombal. Muitas de suas aldeias transformaram-se em vilas.

6.5. Novo Sertão: O Esconderijo dos Negros

Não só para milhares de índios, como para incontáveis africanos, os sertões representaram um espaço possível de existência e de resistência longe dos maus tratos dos senhores de engenho e do controle da colonização portuguesa. Para muitos negros, a fuga para os matos apresentava-se como uma das poucas alternativas à escravidão. Logo, os quilombos estariam se formando e constituindo uma parte significativa da vida na colônia. No entanto, se esse espaço podia representar para alguns algo positivo, uma chance de vida, de liberdade dos

⁸⁴ - Idem. p. 478.

castigos impostos pelo cativo, era considerado por outros não só como um foco da desordem, mas um perigo para a colônia portuguesa.

Entre o final do século XVI e início do XVII, formava-se Palmares⁸⁵, um dos primeiros quilombos da colônia portuguesa com escravos fugidos de um engenho ao sul de Pernambuco. O aparecimento de Palmares inscreve-se no período de crescimento da escravidão africana, quando se procurava atender à demanda da produção açucareira no Nordeste. Palmares estabeleceu-se na Serra da Barriga, interior desta capitania (hoje Alagoas), cerca de setenta quilômetros do litoral. Com o tempo, passou a abrigar também índios e até mesmo alguns brancos. Em sua *História da Guerra Brasileira*, Francisco Brito Freire dedicou uma “breve notícia” sobre o quilombo de Palmares:

“Sendo a liberdade o afeto mais natural do coração humano e tantos negros cativos que entraram e entram no Brasil, fugiram e fogem muitos casais para os bosques ermos daquele imenso sertão. Onde opostos à Província de Pernambuco correm os Palmares, que se dividem em maiores e mais pequenos; distantes terra adentro trinta léguas, por outras tantas de circuito: copiosos de arvoredo e fecundos de novidade; a que juntando-se o trabalho e a indústria dos negros nas plantas que lavram e nas feras que caçam, abundam sustento em todo o ano”.⁸⁶

Esta passagem de Brito Freire conjuga simultaneamente dois significados para o termo sertão: o primeiro remete-nos novamente ao sentido inicial da palavra, associada aos “bosques ermos, copiosos de arvoredos e fecundos de novidades”; e o segundo, a um local livre da escravidão, da ordem, ao lembrar que os negros cativos encontraram naquele “imenso sertão” um lugar possível para a liberdade - “o afeto mais natural do coração humano”. Antes de tudo, é bom esclarecer: liberdade de movimentos, de levar uma vida longe do cativo.

⁸⁵ - A bibliografia sobre Palmares é extensa. Cito apenas o que consultei. O livro de Ernesto Ennes traz ótimos documentos da administração colonial, que ajudam a acompanhar o crescimento da repressão ao quilombo e perceber o medo das autoridades coloniais com o caso: *As Guerras dos Palmares*. São Paulo, Cia. Editora nacional, 1938. 1º vol. (Col. Brasileira, vol.127). O estudo de Edison Carneiro faz parte de uma corrente que ajudou a renovar muitos temas, a partir de um olhar mais antropológico. Carneiro também reproduz o diário de um capitão holandês que narra um dos ataques a Palmares: *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938. (Col. Brasileira, vol. 302). O trabalho de Décio de Freitas faz parte de uma corrente revisionista, de viés marxista, que procurou apresentar uma outra visão sobre a sociedade alternativa dos quilombolas: *Palmares - a Guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. Entre os estudos recentes, o livro de João J. Reis e Flávio Gomes procurou perspectivar a questão dos quilombos, a partir de uma série de ensaios de vários autores: *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

⁸⁶ - Op. Cit. Livro Sétimo N.526 e 527: p.177.

Mas esse local da liberdade, longe de ser um espaço pacífico, caracterizou-se como um espaço de frequentes conflitos. Os ataques começaram cedo. Em 1602, o governador de Pernambuco, Diogo Botelho, enviou uma tropa para destruir o quilombo, que retornou sem qualquer resultado. Essa expedição inaugurou uma longa série de ataques empreendidos por portugueses e holandeses, que iriam perdurar por quase cem anos. A resistência de Palmares às várias tentativas de destruição provocava uma inquietação ainda maior na administração portuguesa, que chegou a propor o fim da escravidão na capitania e a substituição dos negros pelos índios.⁸⁷

Em sua sucinta descrição de Palmares, Brito Freire conta que calculavam em trinta mil o número de habitantes, vivendo em barracas de rama, formando numerosas mas não grandes aldeias, a que chamavam mocambos. A documentação coeva referia-se a Palmares como “mocambos”, do ambundu *mukambo*, esconderijo.⁸⁸ Posteriormente, seria também utilizado o termo de origem quimbundo, do tronco lingüístico banto, *kilombo*, acampamento ou fortaleza. Não deixa de ser curioso que as primeiras referências utilizem o termo mocambo e depois quilombo. Após várias investidas, Palmares precisou ser mais que um simples lugar onde os escravos poderiam se refugiar e se esconder. Organizou-se para também se defender, construindo uma triplicada cerca, “flancos, redutos e guaritas, e no exterior fossas e estrepes”,⁸⁹ o que lhe conferia a aparência de uma fortaleza inexpugnável.

A história de Palmares sintetiza uma série de outras histórias semelhantes que versam sobre resistência, formas de vida e, sobretudo, liberdade. Histórias que, em seu conjunto, encontraram uma longa duração, que correspondem à permanência da escravidão no Brasil. Palmares tem sido considerado o maior e mais importante e duradouro mocambo da América. Sua existência marca, em sua quase totalidade, o século XVII. Resguardado pela geografia da região, Palmares valia-se dessa proteção natural, o que emprestava mais um elemento para configurar o sertão como o local privilegiado da desordem.

⁸⁷ - A proposta partiu do Governador Diogo de Menezes, no ano de 1608, conforme demonstrou Décio Freitas em seu estudo sobre o quilombo. Cf. Op. Cit. p. 110.

⁸⁸ - FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. “A arqueologia de Palmares”. In: REIS, João e GOMES, Flávio. Op. Cit. p.28.

⁸⁹ - Cf. *História Geral da Civilização Brasileira*. SP. Difel, 1960. Tomo I. 2º vol. p.25.

Todas as referências sobre Palmares são oriundas de um único ponto de vista: o do colonizador. Mas não foram só os portugueses que se incomodaram com o famoso mocambo. Palmares significou um problema, uma desordem, também para os holandeses durante sua estada na América. Ao longo do século XVII, a comunidade dos quilombolas fez-se presente na documentação oficial de ambas as colônias como uma ameaça aos moradores, aos abastados senhores de engenho e à administração colonial. Palmares representava um elemento estranho que não respondia à lógica da unidade, da concepção corporativa de um só corpo, que regia a ordem da Coroa portuguesa; por conseguinte, precisava ser destruída.

Fontes sobre a ocupação holandesa, como *História dos Feitos Recentemente Praticados no Brasil*, de Gaspar Barléu, publicada em Amsterdam em 1647, e a *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de Joan Nieuhof, de 1682, trataram do refúgio dos quilombolas em meio às matas do interior da capitania de Pernambuco. As duas narrativas descreveram Palmares de forma bastante similar, como povoações e comunidades de negros que se dividiam entre dois quilombos: os Palmares grandes e os pequenos. Cada um contaria respectivamente com cinco mil e, o último, seis mil moradores. Os quilombolas viveriam da produção de feijão, batata-doce, mandioca, milho e cana-de-açúcar, além de peixes e de carnes de animais silvestres.

A organização da aldeia⁹⁰ não devia diferir muito das pequenas vilas da colônia naquele tempo, possuindo três ruas cada uma com mais ou menos meia hora de extensão⁹¹ e abrigando umas 220 casas. No meio da aldeia, havia uma igreja e ainda quatro forjas e uma grande casa de conselho.⁹² Ainda segundo essas fontes, os quilombolas praticavam uma religião híbrida, conservando alguns elementos do catolicismo.

Quando os holandeses ocuparam a região, a capitania de Pernambuco já contava com um significativo contingente de mão-de-obra escrava trazida da

⁹⁰ - Palmares era um conjunto de nove aldeias: Andalaquituche, Macaco, Subupira, Dambrabanga, Aqualtene, Zumbi, Tabocas, Arotirene e Amaro. Cf. REIS, João J. e GOMES, Flávio. Op. Cit. p.31.

⁹¹ - Essa informação é de J. Nieuhof. Sobre a extensão das ruas, há uma nota do tradutor que comenta o erro da versão inglesa da obra, que fornece a medida em léguas, ao passo que no original, em holandês encontra-se em horas. Cf. Op. Cit. p.18.

⁹² - “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645” In: CARNEIRO, Edison em *O quilombo dos Palmares*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938. Col. Brasileira, vol. 302.) p. 257.

África, desde a metade do século XVI, para trabalhar na lavoura da cana. O período de guerra entre portugueses e holandeses, nos anos de 1630 a 1635, desestruturou a vida dessa capitania: escravos aproveitaram o tumulto para fugir, senhores de engenho abandonaram suas propriedades, restando somente os escravos mais velhos e crianças. De acordo com José Antônio Gonçalves de Mello, o estado anárquico em que viveu o interior do país durante os cinco primeiros anos da conquista explicaria o rápido desenvolvimento de vários quilombos em toda a colônia⁹³. Mas as informações sobre os outros quilombos durante o domínio holandês são poucas e restritivas, limitando-se às notícias de que quilombolas agiam em bandos, roubando e matando. Um destes quilombos estaria situado na “Mata do Brasil”.⁹⁴

Palmares, que já existia desde o início século XVII, teve um considerável crescimento nesse período. A partir de então, os quilombos tornavam-se uma ameaça também para os holandeses. Em 1638, foi organizada uma expedição para reprimir os “abusos” dos quilombolas, liderada pelo capitão Lodij, sem nenhum resultado, uma vez que não há informação registrada.

A *História* de Barléu seguia a orientação oficial, entendendo aqueles quilombos como um perigo para os moradores da região. Assim, a imagem que Barléu desenha de Palmares se conforma com a visão portuguesa, isto é, um lugar escondido entre as matas “para onde se dirigiam uma aluvião de salteadores e escravos fugidos ligados numa sociedade de latrocínio e rapinas, os quais eram mandados às Alagoas para infestarem as lavouras”.⁹⁵ Palmares era, portanto, uma desordem organizada ou uma falsa ordem: uma sociedade guiada por normas e regras comuns invertidas.

Barléu registrou outros planos de ataque para subjugar aquelas populações, que previam a sua destruição. Uma primeira expedição foi organizada para ser conduzida por um “tal” Magalhães, morador das Alagoas. Para isso, calculou-se que seriam necessários trezentos soldados, cem mulatos e setecentos índios.⁹⁶ Por conta do estio, os planos foram adiados. Em 1644, uma nova expedição chefiada por Rodolfo Baro e apoiada por índios tapuias atacou os Palmares grandes.

⁹³ - *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2001. p.186.

⁹⁴ - Idem p.195.

⁹⁵ - Op. Cit. p.253-254.

Segundo Barléu, cem negros teriam sido mortos e trinta e um aprisionados, entre os quais sete índios e alguns jovens mulatos.

O “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”⁹⁷ registrou um novo ataque holandês aos referidos mocambos. Blaer narrou as dificuldades de acesso, pelos íngremes caminhos da serra até chegar ao refúgio dos quilombolas. Segundo este relato, os fugitivos teriam se instalado inicialmente em um outro ponto da região, o Palmares velho, abandonado por se tratar de um sítio insalubre. Ao contrário, os novos sítios estavam localizados em uma terra “própria ao plantio de toda a sorte de cereais e irrigada por muitos belos riachos”.⁹⁸ Mas o que sobressaía na descrição do capitão Blaer não era a imagem de um sítio bucólico, em meio às matas, com as roças e os belos riachos. Os mocambos, tanto os pequenos quanto os grandes, estavam muito bem resguardados, com uma aparência de uma fortaleza, como podemos conferir pela sua descrição de Palmares grande:

“(...) chegamos à porta ocidental de Palmares, que era dupla e cercada de duas ordens de paliçadas, com grossas travessas entre ambas (...) do lado interior (havia) um fosso cheio de estrepes”.⁹⁹

Contudo, a entrada no mocambo não foi difícil, uma vez que seus habitantes encontravam-se, em sua maioria, cultivando ou caçando pelos matos. Apenas um soldado se estrepou no fosso, descontando depois sua raiva em uma mulher. Após a sua descrição, Blaer deu a medida da fama alcançada pelo esconderijo: “Este era o Palmares grande de que tanto se fala no Brasil”.

Ao término da ocupação holandesa, Palmares havia crescido significativamente¹⁰⁰, representando uma força considerável, sentida nas derrotas de sucessivas expedições promovidas pelo governo da capitania. A ação dos quilombolas pela região, seqüestrando escravos das fazendas vizinhas, traduzia-se na mais pura desordem. Desnecessário comentar o estado de espírito dos senhores de engenho pernambucanos perante tal ameaça e a pressão exercida sobre o governo por maiores ataques. Naquela altura, o então governador da capitania de

⁹⁶ - Nieuhof refere-se à mesma expedição aos Palmares ocorrida durante o governo do Conde Maurício, em que foram necessários “300 mosqueteiros, 100 mamelucos e 700 brasileiros”.

⁹⁷ - Transcrito por Edison Carneiro em obra já citada, p. 251-260.

⁹⁸ - Idem. p.257.

⁹⁹ - Idem. p.256.

Pernambuco, Francisco Brito Freire, sugeriu um acordo de paz com a *Angola Janga* - “pequena Angola”, denominação utilizada pelos quilombolas -, cogitando a concessão de alforrias aos rebelados.¹⁰¹ É obvio que o acordo não funcionou, mesmo porque as desconfianças mútuas impediram as negociações.

A carta de um outro governador de Pernambuco pode servir de termômetro para exemplificar o grau da situação por volta da década de 1670. O então governador Fernão de Souza Coutinho comentava o crescimento dos mocambos, que formavam povoações numerosas pela terra dentro, entre palmares e matos, as quais se beneficiavam de sua localização, “cujas asperezas e falta de caminho os têm mais fortificado por natureza”.¹⁰² Segundo o governador, as desordens promovidas pelos palmarinos faziam “despejar” muitos moradores daquela capitania. Além de tudo, os mocambos eram um péssimo exemplo; incentivam a fuga de outros escravos, contribuindo para o seu crescimento. Por isso, o governador Coutinho recomendava a guerra direta aos rebelados e sugeria a abertura de estradas para acabar com aquele isolamento. A carta dava a entender que a situação estava próxima da perda do controle. Segundo Coutinho, Pernambuco estava tão perigosa com “o atrevimento destes negros” quanto “esteve com os holandeses”.

O Governo-Geral sugeriu ao governo de Pernambuco contratar os préstimos dos paulistas, que andavam tratando dos tapuias pelo sertão baiano. Enquanto isso, numerosas expedições tentavam em vão algum resultado contra o mocambo. Em 1677, a expedição liderada por Fernão Carrilho divulgou uma ilusória conquista. Chegou-se a comemorar o que teria sido a vitória do governo de Pernambuco. Pouco depois, a administração portuguesa reconhecia que os quilombolas ainda estavam agindo e bem fortes.

¹⁰⁰ - Até hoje não se sabe ao certo o total de habitantes de Palmares; as estimativas calculam algo entre seis e vinte mil pessoas.

¹⁰¹ - Francisco Brito Freire é o autor da *História da Guerra Brasileira*, anteriormente citada. Em seu livro, comentou o muito que já se “padeceu e padece” com a ação dos rebelados. Uma das possibilidades que Freire aventou para solucionar o caso era: “reduzi-los com indústria, dando favor e liberdade a alguns dos que trazemos para persuadirem os mais que venham lograr seguramente, para as almas e para as vidas, na escola de nossa doutrina e no amparo de nossa assistência, o fruto da quietação. E sem nenhum receio de tornarem a ser cativos, viverem livres em forma de todos os outros negros seus parentes alistados no Terço dos Henrique Dias que El-Rei mandou livrar”. Op. Cit. p.178.

¹⁰² - “Carta do governador Fernão de Souza Coutinho de 01 de junho de 1671 sobre o aumento dos negros levantados que assistem os Palmares”. *Apud* ENNES, Ernesto. Op. Cit. Documento nº1. p.133-134.

O governador de Pernambuco, Aires de Sousa e Castro, forçou um novo acordo de paz com o principal líder de Palmares, Ganga Zumba, preso na expedição de Carrilho. O governo concederia a alforria para os nascidos em Palmares, a concessão das terras em Cucaú (norte de Alagoas), a garantia de manterem o comércio com os vizinhos e o foro de vassalos da Coroa. O acordo de 1678 provocou dissidências entre as lideranças palmarinas, vencendo a corrente favorável à resistência, sob a liderança de Zumbi. Ganga Zumba foi morto por alguns dos dissidentes. Os desentendimentos internos entre as lideranças acabaram por promover a desagregação do núcleo de Cucaú. Alguns anos mais tarde, as autoridades coloniais ainda estudavam a possibilidade de um acordo. Em 1682, um despacho do Conselho Ultramarino rejeitava a idéia, recomendando a guerra com a contribuição dos moradores da região.¹⁰³

Em 1685, a situação parecia ter se agravado. Os assaltos aos moradores e às fazendas eram freqüentes. Temia-se uma insurreição geral dos escravos em Pernambuco. Em resumo, após desentendimentos entre governador e comandante das tropas, expedições frustradas, novas trocas de comando, João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco, decidiu contratar o paulista Domingos Jorge Velho para conquistar e destruir Palmares, como estava acostumado a fazer com os índios do sertão. O contrato com o governador, fechado em 1685, foi feito mediante muitas negociações. Nesse meio tempo, as guerras com os tapuias no sertão agravaram-se e Velho foi requisitado para engrossar as tropas daquele outro confronto.

Após cinco anos de luta contra os índios do sertão do Rio Grande, Velho precisou refazer suas tropas para enfrentar novos combates. Com uma grande expedição formada por índios, brancos e mamelucos, rumou em direção a Palmares, em 1692. Não foi fácil vencer os quilombolas. Velho reclamou do estilo de suas lutas e suas diferenças com os índios. Juntaram-se ainda as tropas de Pernambuco. Era, então, o ano de 1694, quando o quilombo foi destruído.

Os senhores de engenho e a administração portuguesa respiraram aliviados. O transgressor, o gerador da desordem, havia sido finalmente vencido, e

¹⁰³ - “Quanto ao primeiro ponto que não convém que se admita a paz com estes negros pois a experiência tem mostrado, que a prática é sempre um meio engano e ainda no que toca a nossa reputação em se tratar de à vista com eles ficamos sem opinião.” Despacho do Conselho Ultramarino em 07 de fevereiro de 1682”. In: ENNES, Ernesto: Op. Cit. p.39.

a ordem, a unidade do corpo, restaurada. O governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, escreveu ao rei para contar da “gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória senão avalia por menos que a expulsão dos holandeses”.¹⁰⁴ A vitória foi comemorada com festejos ao longo de seis dias. Certamente, o governador não perdeu a oportunidade para se prostrar, contando que tinha ido pessoalmente acompanhar as tropas de socorro remetidas para o desfecho final em uma jornada longa e perigosa. O governador fez uma avaliação dos medos passados: “Temeu-se muito a ruína destas capitâneas quanto a vista de tamanho exército e repetidos socorros como haviam ido para aquela Campanha deixassem de ser vencidos aqueles rebeldes”.¹⁰⁵

No entanto, o fantasma de Palmares nunca os abandonou, estando presente a cada novo quilombo que surgia. A partir de então, a administração portuguesa procurou cercar-se de meios para combater novas rebeliões. A legislação colonial confirma este medo. Poucos anos após o desmantelamento de Palmares, a ordem régia de 1699 isentava de punição legal os moradores que matassem algum escravo fugido. Outras determinações previam punições físicas para os quilombolas, como marcá-los a ferro quente com uma letra F, quando presos, e, em casos de reincidência, deveriam ter uma orelha cortada. Determinou-se ainda que cinco escravos fugidos já constituíam um quilombo.

Luiz Felipe de Alencastro lembrou que até mesmo uma família de porte médio já poderia configurar um quilombo. Deste modo, conclui Alencastro, a criminalização da fuga de escravos negros transformava-se em uma ameaça mortal a todo núcleo autônomo de negros livres no território brasileiro.¹⁰⁶ A liberdade tornava-se relativa. Para não correr riscos e para preservar a integridade, muitos libertos preferiam continuar prestando serviços ao antigo senhor que atestasse sua condição de liberto.

O século XVII terminava junto com aquilo que havia sido considerado uma de suas maiores desordens. Não seria, no entanto, a última. Até o final do século XIX, os quilombos ainda encontrariam razão para sua existência e continuariam sendo sinônimos de desordens.

¹⁰⁴ - “Carta do Governador Caetano de Melo e Castro de 18 de fevereiro de 1694” *Apud* ENNES, Ernesto: Op. Cit. Documento 24. p.194-196.

¹⁰⁵ - Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ - Op. Cit. p. 345.

Certamente, a vida nos sertões foi mais difícil, mais dura, que a vida no litoral, por todas as suas condições, asperezas e percalços naturais. Mas não só por isso. O sertão concentrou em sua máxima potência o que era a experiência do “viver em colônias”. Lá, os distintos agentes sociais encontraram solo livre para dar vazão às suas diferenças, entrando em permanentes conflitos. O ajuste de interesses, de vontades, de concepções de vida, parecia mais difícil, uma vez que se estava longe da mediação. Ao fim e ao cabo, todos pareciam suspeitos aos olhos da metrópole: índios, mamelucos, paulistas, negros, mulatos e até jesuítas. Sobre estes últimos, ainda havia um controle. Em meio a tantos desentendimentos e alianças, muitas vezes forjadas a ferro e fogo, moldava-se a face da colônia, fazendo com que a vida por aquelas paragens fosse feita de conflitos e confrontos.

A “desordem” da colônia era uma apreciação fria da “ordem” da metrópole, um julgamento distante e longe da realidade cotidiana colonial. O sertão, muitas vezes refúgio para índios, negros e, inclusive, brancos perseguidos ou descontentes, era muito maior que um foco da desordem e, ao mesmo tempo, pequeno para ser um foco da liberdade. Longas e duras guerras dizimaram um número incontável de pessoas, fazendo com que essa realidade extrapolasse o simples conceito de desordem. Até mesmo a tentativa pacífica dos aldeamentos, que preservariam a “liberdade dos índios”, pretendida por Vieira, mostrou um lado perverso. O ajuntamento de milhares de índios e o contato com o homem branco, até então nunca visto, provocaram devastadoras epidemias.

A colonização chegava sem conseguir reproduzir o que diziam que aqui faltava: a fé, a lei e o rei. Arremedos da fé, simulação da lei e ecos de um rei era o que chegava à colônia e, poucas vezes, ao sertão. A história dos sertões teria ainda outros tumultuados capítulos com a descoberta das minas, desenrolados ao longo do século XVIII; muito mais capítulos. Mas essa é outra história e as desordens e os conflitos são outros. Por isso, o sertão - palavra singular em Portugal - encontrou no Brasil o seu plural: sertões. Infinitos sertões ainda por serem estudados e descobertos.